

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

GUILHERME LINO DE ARAÚJO

**Racionalidade ou irracionalidade no voto retrospectivo: a contribuição de  
"Democracy for Realists" ao debate da decisão eleitoral**

FLORIANÓPOLIS

2022

Guilherme Lino de Araújo

Racionalidade ou irracionalidade no voto retrospectivo: a contribuição de "Democracy for Realists" ao debate da decisão eleitoral

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro ou Campus Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais

Orientador(a): Prof. Dr. Jean Gabriel Castro da Costa

Florianópolis  
2022

Araújo, Guilherme Lino de Araújo  
Racionalidade ou irracionalidade no voto retrospectivo  
: a contribuição de "Democracy for Realists" ao debate da  
decisão eleitoral / Guilherme Lino de Araújo Araújo ;  
orientador, Jean Gabriel Castro da Costa, 2022.  
52 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências  
Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Racionalidade. 3. Teoria  
Democrática. 4. Democracy for Realists. 5. Voto  
Retrospectivo. I. Castro da Costa, Jean Gabriel. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Ciências Sociais. III. Título.

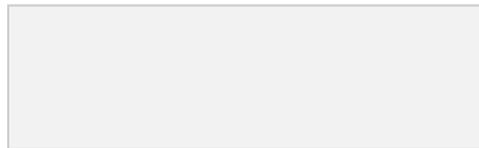
Guilherme Lino de Araújo

**Racionalidade ou irracionalidade no voto retrospectivo:**

a contribuição de "Democracy for Realists" ao debate da decisão eleitoral

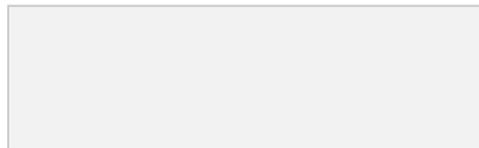
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso Graduação em Ciências Sociais.

Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 17 de novembro de 2022.

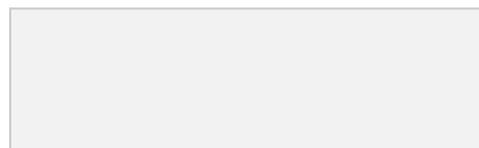


Coordenação do Curso

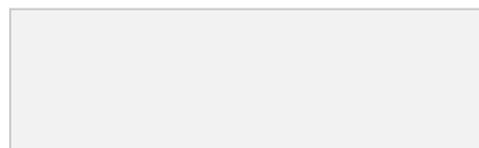
**Banca examinadora**



Prof. Jean Gabriel Castro da Costa, Dr.  
Orientador



Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022

"Democracy is the worst form of government -  
except for all the other that have been tried."  
(Winston Churchill)

## RESUMO

O presente estudo tem como principal intuito expor a crítica ao voto retrospectivo, aferida pela obra *Democracy for Realists*. O objetivo geral é apresentar a contribuição do livro ao debate da decisão eleitoral, com enfoque no aspecto da racionalidade no voto retrospectivo. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos: apresentar o debate clássico entre as três principais escolas de decisão eleitoral; conceituar o voto retrospectivo de Morris Fiorina; abordar as questões centrais de *Democracy for Realists*; e por último tecer algumas considerações finais. Abordar a crítica ao voto retrospectivo justifica-se pela relevância do tema dentro da ciência política e suas contribuições para o paradigma da teoria democrática. O presente estudo consiste em pesquisa de caráter exploratório, com resultados tratados de maneira expositiva, a partir da coleta de dados produzidos por Achen e Bartels. Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise das informações, foi possível concluir que a crítica ao aspecto da racionalidade no voto retrospectivo questiona a responsabilidade democrática e sugere a retomada do debate sobre a teoria democrática da seleção de liderança.

**Palavras-chave:** **Decisão Eleitoral; Voto Retrospectivo; Racionalidade; Democracy for Realists.**

## **ABSTRACT**

The main purpose of this study is to expose the criticism of the retrospective vote, measured by the work *Democracy for Realists*. The general objective is to present the book's contribution to the debate on electoral decisions, focusing on the aspect of rationality in retrospective voting. Therefore, the following are the specific objectives: present the classic debate between the three main schools of electoral decision; conceptualize the retrospective vote from Morris Fiorina; address the core issues of *Democracy for Realists*; and ultimately to make some final remarks. Addressing the critique of the retrospective vote is justified by the reflection on the topic within science and its contributions to the paradigm of democratic theory. This exploratory study consists of results treated in an expository manner, based on data collection by Achen and Bartels. By gathering information throughout the research and further analysis of this information, it was possible to conclude that a critique around the rational aspect in the retrospective vote challenges democratic responsibility and suggests the resumption of the debate on the democratic theory of leadership selection.

**Keywords: Electoral Decision; Retrospective Voting; Rationality; Democracy for Realists.**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2. O DEBATE DA DECISÃO ELEITORAL</b>	<b>11</b>
2.1 ESCOLA SOCIOLÓGICA	12
2.2 ESCOLA PSICOLÓGICA	14
2.3 ESCOLA ECONÔMICA	17
3. O VOTO RETROSPECTIVO	20
4. DEMOCRACY FOR REALISTS	23
4.1 FOLK THEORY	27
4.2 SELEÇÃO DE LIDERANÇA	30
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>51</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como foco abordar as principais questões do livro *Democracy for Realists* sobre a tese do voto retrospectivo no debate da decisão eleitoral. Segundo Achen e Bartels: "The seminal works of Key (1966), Fiorina (1981), and Gerald Kramer(1971) all portrayed retrospective voting as evidence of the fundamental rationality of American voters and elections."(p.92). Sendo assim, extensos estudos foram produzidos visando a contribuição ao paradigma da decisão eleitoral, compreender o papel das eleições se tornou um dos objetivos primordiais da ciência política.

O primeiro modelo de decisão eleitoral produzido foi o "modelo espacial", formulado por Anthony Downs na década de 1950. A partir de sua esquematização teórica iniciou-se um longo debate sobre decisão eleitoral na literatura, parte dos teóricos divergiam de Downs, enquanto outros corroboraram com a manutenção da teoria. O fato é, que a essência de sua obra "An Economic Theory of Democracy" (1957) fornece a base teórica para a visão que atualmente defende o caráter de racionalidade do voto. Entretanto, pouco tempo depois, em 1960, pesquisadores da Universidade de Michigan introduziram a abordagem psicossociológica ao debate da decisão eleitoral, produzindo estudos que revelaram um lado desinteressado dos eleitores e muitas vezes até irracional. Em "The American Voter", Angus Campbell e seus colegas de Michigan, identificam que a maioria dos eleitores não possui opiniões políticas tão estáveis quanto às identificações partidárias, desta forma, concluiu-se que os partidos políticos possuem papel fundamental na formação das próprias opiniões populares. Já em 1964, Philip Converse deu continuidade ao trabalho, colaborando com as teses que ficaram conhecidas como "modelo Michigan", em "The Nature of Mass Belief Systems" Converse elaborou o conceito de "sistema de crenças" - uma estrutura cognitiva de valores que orientam as decisões políticas do eleitor. Neste trabalho, o autor utiliza dados do survey American National Election Studies (ANES), e reitera o diagnóstico feito por Campbell, de que a maioria dos cidadãos não possui as competências necessárias para tomar decisões coerentes com a sua posição política. Relatando a falta de um sistema de crenças estruturado na maioria dos eleitores americanos, o qual é capaz de fornecer um posicionamento político uniforme.

Com o passar dos anos, os trabalhos seguintes começaram a utilizar a probabilidade para aferir novas variáveis que interferem na decisão eleitoral, por exemplo: o carisma do candidato, a avaliação de desempenho, escolaridade dos eleitores, sistemas partidários, número de câmaras legislativas e diversas outras. Um trabalho que ganhou bastante

destaque foi o livro “Retrospective Voting in American National Elections” (1981) de Morris Fiorina, retomando a racionalidade do eleitor apresentada inicialmente por Downs. Sua análise tem em vista identificar nas decisões de eleitores pouco informados algum traço de racionalidade, mesmo que mínimo, para Fiorina, a teoria downsiana compreende o voto retrospectivo como uma maneira mais barata de adquirir informação, antes de executar o voto prospectivo como produto final, nas palavras de Carreirão: “o voto retrospectivo de Downs é um meio para o voto prospectivo” (CARREIRÃO, 2002, p.55). Além da teoria downsiana, a tese clássica do voto retrospectivo, presente na obra de Key (1966), também é fonte para a formulação do voto retrospectivo em Fiorina. Em suma, podemos dizer que o voto retrospectivo compreende a decisão eleitoral como o momento em que se exerce o julgamento da atual gestão: a população deverá optar entre punir ou recompensar o desempenho do representante, fornecendo um veredito pela permanência ou substituição do candidato.

Tendo em vista às duas abordagens apresentadas sobre a decisão do voto, podemos aferir que os teóricos da Escola de Michigan procuram questionar a capacidade dos cidadãos de fornecer um veredito justo, alegando um comportamento mais irracional orientado por um sistema de crenças desestruturado e uma fidelidade partidária passional. Por outro lado, estudantes de votação retrospectiva acreditam que os eleitores estejam cumprindo com o papel esperado por eles em uma democracia representativa, mesmo que com pouca informação, eles conseguem se apropriar de atalhos informacionais para punir maus representantes e manter os líderes mais competentes. Entre essa disputa pela interpretação do fenômeno eleitoral, predomina-se na literatura um consenso pela validação da tese do voto retrospectivo, tendo em vista, estudos recentes que utilizam a probabilidade estatística para aferir sobre o comportamento eleitoral, predominando uma visão de caráter econômico e racional.

Discutir sobre decisão eleitoral e as críticas à tese do voto retrospectivo feitas por Achen e Bartels em *Democracy for Realists* justifica-se pela relevância do tema na ciência política. Assim, é possível notar que a crítica ao voto retrospectivo pode impactar direta ou indiretamente os alunos que estão iniciando seus estudos em decisão eleitoral. Tendo em vista que apesar de haver muitas contribuições aos estudos desse tema no Brasil, poucos trabalhos se propõem a questionar a tese do voto retrospectivo como *Democracy for Realists*. Além disso, apesar de o livro ter sido muito debatido nos Estados Unidos, ainda não existe tradução para o português, dessa forma, trazer uma análise do livro se faz ainda mais importante para contribuir com o debate de decisão eleitoral no Brasil. Para

tanto, é preciso apresentar o debate da decisão eleitoral, conceituar a tese do voto retrospectivo, discutir o aspecto da racionalidade na tese e analisar as evidências empíricas contrárias ao voto retrospectivo presentes no livro. Sendo assim, o presente trabalho estabeleceu como problema de pesquisa: “Qual a contribuição de Democracy for Realists ao debate da decisão eleitoral sobre o aspecto da racionalidade no voto retrospectivo?” E como objetivo geral: “Apresentar a contribuição de Democracy for Realists ao debate da decisão eleitoral sobre o aspecto da racionalidade no voto retrospectivo.” Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos serão: apresentar o debate da decisão eleitoral; conceituar a tese do voto retrospectivo; apresentar o livro Democracy for Realists; e tecer considerações finais. O presente estudo consiste em uma pesquisa de caráter exploratório, que visa apresentar a contribuição de Democracy for Realists ao debate da decisão eleitoral sobre o aspecto da racionalidade no voto retrospectivo. Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma expositiva, a partir do levantamento de literatura específica, principalmente do livro Democracy for Realists, mas também incluindo outros livros e dissertações de mestrado e outros artigos significativos que auxiliem na construção do trabalho.

## 2. O DEBATE DA DECISÃO ELEITORAL

O presente capítulo tem como objetivo apresentar de maneira estritamente resumida o paradigma clássico da decisão eleitoral, tomando o elemento da racionalidade como central no desenvolvimento da exposição do debate entre as escolas de decisão do voto. Tal exposição se faz necessária para que se compreenda o cenário teórico em que a crítica ao voto retrospectivo de Democracy for Realists está situada. Segundo Figueiredo (2008), as quatro décadas de produção científica podem ser segmentadas em quatro grandes linhas de investigação do comportamento eleitoral. A primeira é a teoria psicológica, - também conhecida como "modelo Michigan"; a segunda é a teoria da escolha racional, - baseada no modelo de Anthony Downs; a terceira segue o modelo histórico-contextual, - das teorias sociológicas; e a quarta, e última, uma linha de investigação de modelo demográfico-descritivo do comportamento político. Cada uma dessas correntes compreende o fenômeno eleitoral a sua maneira, enxergando o ato de votar como uma ação determinada por fatores diferentes, "tais teorias assumem diferentes premissas a respeito de como a vida social é organizada, e como, casualmente, os diversos mecanismos sociais produzem a história" (FIGUEIREDO; 2008; p.16). Sendo assim, podemos dizer que as teorias apresentam diferentes premissas que condicionam o comportamento humano, as duas grandes divergências são atribuídas ao identificar a origem das propensões dos eleitores e das diferentes motivações para o exercício do voto.

Na visão de Pimentel (2007), se analisarmos de forma menos minuciosa a formação de um paradigma de pensamento, considerando uma corrente como autores que contribuem de forma mais relevante para o paradigma da decisão eleitoral, poderíamos afirmar que são apenas três grandes correntes, em suas palavras: "reconhecidamente, são três as principais escolas de comportamento eleitoral utilizadas para embasar as análises de tal problemática" (2007; p.13), desta forma, são as escolas que compõem esse quadro: a escola sociológica, a escola psicossociológica e a escola econômica, essa última mais referenciada como escola da escolha racional. Também, se faz necessário pontuar que a diferença na identificação dos autores sobre as correntes de pensamento sobre decisão eleitoral é fruto do objetivo teórico de cada trabalho, enquanto Pimentel se propõe a debater razão e emoção em sua dissertação "Razão e Emoção no Voto: o caso da eleição de 2006", Figueiredo está mais preocupado justamente em estabelecer uma visão geral sobre o debate das principais correntes, em sua obra "A decisão do voto: democracia e

racionalidade”. Já na presente monografia, trataremos das três principais correntes mais citadas na literatura, a escola da escolha racional, vertente de maior consenso na literatura, a qual encontra suas bases no pioneiro trabalho de Anthony Downs. E as outras duas escolas, a sociológica e psicológica, de certa forma críticos ao pensamento racional da escola econômica. Em relação às divergências metodológicas, Figueiredo (2008) observa:

Divergências irreconciliáveis entre estes modelos surgem, além do mais, ao enunciar a lei causal que descreve o processo que liga a motivação para a ação política com a ação observada, ou previsível. Parte desta divergência provém da avaliação de qual é a fonte empírica para a compreensão dos fenômenos sociais. Como veremos neste livro, psicologistas e racionalistas sustentam que só é possível compreender o porquê das ações coletivas pela compreensão das razões individuais que levam à ação. (FIGUEIREDO; 2008; p.18)

## 2.1 ESCOLA SOCIOLÓGICA

A história da escola sociológica se inicia a partir dos estudos sobre comportamento eleitoral, segundo Pimentel (2007), os trabalhos de Paul Lazarsfeld e seus colegas da Universidade Columbia se caracterizam como o marco teórico dos estudos em decisão eleitoral. A primeira pesquisa feita por acadêmicos de Columbia buscava compreender o impacto das mídias de massa nas campanhas eleitorais, principalmente no quesito da persuasão que exerciam sobre os eleitores na formulação das preferências eleitorais. Para demonstrar isso, foi feita uma pesquisa na cidade de Erie County, Ohio: em que, constatou-se que os eleitores não sofreram com a interferência das campanhas políticas, como imaginavam os pesquisadores, ou seja, os estímulos de curto prazo não surtiram o efeito esperado na formulação das decisões eleitorais.

Neste sentido, os pesquisadores da corrente sociológica concluíram que os indivíduos não sofriam a persuasão esperada de uma campanha política, e que geralmente os eleitores já possuíam predisposições a respeito das mensagens divulgadas nos veículos de massa. Segundo Lazarsfeld (1944; p.317, apud PIMENTEL; p.14): “Modernas campanhas presidenciais terminam antes delas começarem”. Essa pesquisa fez parte do trabalho publicado em “The People’s Choice” (LAZARSELD, BERELSON & GAUDET, 1944), onde se concluiu que o motivo pela ausência da interferência esperada pelas campanhas eleitorais, decorreram de predisposições sociais, traduzidas em três características dos eleitores: a posição socioeconômica, a religião e o local de residência -

urbana ou rural. Desta forma, Lazarsfeld relacionou a estabilidade das intenções de votos as características dos eleitores, devido que estas também não são alteradas no curto prazo, podemos dizer que para a escola sociológica, o eleitor em tese mudaria de voto apenas quando mudasse de estilo de vida, com alterações de longo prazo. Por exemplo, a grosso modo, um eleitor republicano residente da área rural, protestante e economicamente abastado só deixaria de votar no partido republicano quando ocorrer alguma alteração no seu endereço, religião ou situação financeira (PIMENTEL; 2007; p.15). Sendo assim, podemos observar nessa escola que as características sociais do plano macro são fundamentais para a compreensão do comportamento político. As identificações, sejam elas partidárias ou pessoais, decorrem de uma interpretação social por parte dos pesquisadores. Como diz, Figueiredo (2008; p.48): “Nesse sentido, para compreender o voto de um jovem ou de um idoso é necessário conhecer seu contexto social e político: *onde* esses eleitores vivem e *como* vivem neste contexto”. Já Pimentel (2007), chama atenção para a influência de eleitores pouco interessados, ele observa em Lazarsfeld o conceito de *two-step flow*, ou como chama "teoria do fluxo de dois passos": esse tipo de influência decorre de relações em que um eleitor é influenciado por outro eleitor mais engajado politicamente, dessa forma, podemos concluir que eleitores menos interessados são também mais suscetíveis a mudança de opiniões. Outro ponto mencionado sobre essa corrente é a influência de duas características opostas de influência do voto, denominados de *cross-pressures*, ou mencionados por Pimentel como "Os eleitores que sofrem pressões cruzadas", o exemplo trazido por ele elucidava bem a questão:

O conceito de pressões cruzadas se refere aos grupos de eleitores que são influenciados por clivagens sociais distintas. São, por exemplo, eleitores que vivem na área rural (grupo de voto republicano) e ao mesmo tempo possuem religião católica ou são economicamente mais pobres (grupos que tendiam ao voto democrata). Nesse sentido, a existência de predisposições contrastantes engendra a existência de elementos que favorecem ambos os lados, fato que torna a decisão muito mais tardia e, conseqüentemente, muito mais influenciável. (PIMENTEL; 2007; p.16)

Portanto, mesmo com a ausência do individualismo metodológico da teoria da escolha racional, a escola sociológica nunca se limitou a interpretações de cunho restrito ao social, é possível observar desde os estudos clássicos que a relação entre os indivíduos é central na interpretação dessa corrente. Existem indivíduos mais participativos e menos participativos, existem influências secundárias e influências cruzadas que fazem com que o social não se torne reducionista. A explicação macro não compõem uma agregação do micro como num quebra-cabeça, neste caso, as peças sofrem influências da interação

entre elas. Como destaca Figueiredo (2008): "Se não houver interação de pelo menos dois sujeitos[...], nenhum fenômeno social ocorrerá que envolva simultaneamente esses dois sujeitos" (p.49), pois é da interação social que surgem as identidades culturais, no exemplo trazido anteriormente na passagem de Jairo Pimentel, um eleitor que vive na área rural terá interações com pessoas da área rural, logo, poderá esse eleitor estabelecer uma identidade cultural regida pelos valores do campo, o que fará com que sua identificação partidária seja com o partido que conseguir representar os valores dessa característica social.

Segundo Figueiredo (2008), é dessa forma que os partidos políticos estabelecem o discurso para angariar votos, através da interação social de grupos identitários com políticos, chamada de política de base, que se estabelece a ligação entre partidos e grupos, comunidades, religiões, etc. resultando em um "contrato" de representação desses grupos sociais. Além das contribuições sobre o impacto das interações sociais, mencionadas por Figueiredo, o livro *Voting* (BERELSON, LAZARFELD & MCPHEE, 1954) é ressaltado por Pimentel (2007), também como material para afastar a crença, de que, os eleitores americanos eram eleitores politicamente bem informados. Esse foi um debate que se tornou bastante relevante na ciência política, tanto na presente monografia, como na dissertação de Jairo Pimentel e diversos outros estudos em decisão eleitoral.

## 2.2 ESCOLA PSICOLÓGICA

A escola psicológica ou psicossociológica tem seu início a partir da década de 1950, com estudos produzidos na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Por conta da universidade ser a grande referência clássica, os estudos dessa corrente de pensamento ficaram conhecidos por "modelo Michigan". Assim como a escola sociológica, existem preocupações com as classes sociais, estratificações e grupos de identificação, no entanto, o foco da escola psicossociológica está no indivíduo, assim como a escola econômica, as ações sociais e interesses individuais são o cerne dos estudos desta corrente. A diferença entre elas está na relevância da socialização política, principalmente no ambiente familiar, em que as crenças e os partidos são mais decisivos na decisão eleitoral do que os ganhos econômicos individuais.

No período de surgimento dos estudos em decisão eleitoral, acreditava-se que a maioria dos eleitores possuía uma ideologia pré-estabelecida, e dessa maneira, formulavam suas decisões eleitorais consoante as ideologias partidárias. No entanto, a

escola psicológica traz estudos que demonstram um eleitor geralmente desorientado ideologicamente e evidenciam uma "maioria silenciosa" que não possuem identificações partidárias, por conta da baixa interatividade com as questões políticas, acabam passando despercebidos no cenário eleitoral. Em "American Voter", de Angus Campbell et al. (1960), os pesquisadores procuraram compreender qual era o entendimento político ideológico dos americanos. O resultado demonstrou que 3,5% dos eleitores tinham conhecimentos conceituais sobre suas ideologias políticas, 12% sabiam expressar os conceitos, mas não tinham domínio sobre o significado, e 84,5% dos eleitores não tinham nenhuma noção conceitual sobre o universo político (PIMENTEL; 2007).

Posteriormente, Converse publica um artigo muito importante para a conceituação das concepções políticas do eleitorado, em "The Nature of Belief Systems in Mass Publics" (1964) utilizou o termo sistema de crenças constituído pelo conjunto de "idéias-elementos" dos eleitores postos juntos por alguma forma de constrangimento (constraint) ou inter-relação (PIMENTEL;2007;p.20). Sendo assim, o sistema de crenças dos eleitores representa o aspecto cognitivo em que as classificações políticas são estabelecidas, e o constrangimento é a coerência de um elemento com outro, segundo Converse (1964; p.207, apud PIMENTEL; p.20), "se uma pessoa se opõe à expansão da seguridade social, provavelmente é um conservador e provavelmente se opõe também a qualquer estatização de indústrias privadas, [...] e assim por diante".

Em Figueiredo (2008), o sistema de crenças possui relação com o nível de escolaridade e socioeconômico dos eleitores, no entanto, ele reforça que é o "grau de centralidade" das questões políticas na vida do eleitor que fazem com que ele tenha um sistema de crenças mais estruturado. Além disso, outros dois conceitos também relevantes para essa corrente são a identificação partidária e a fidelidade partidária. Em seu trabalho, Converse utilizou uma pesquisa de painel para verificar durante o passar do tempo a variância na preferência partidária e em opiniões políticas (tratado na literatura como "issues"). O resultado apresentou a variável estatística dos *issues* com alterações conforme o tempo, enquanto as identificações partidárias se mantinham similares, desta forma, Converse constatou que os eleitores permanecem mais fiéis aos partidos políticos do que propriamente a suas concepções em relação às questões políticas, em outras palavras, o eleitor muda de ideias, mas não troca de partido. Para Pimentel: "Nesse sentido, sua principal contribuição foi evidenciar que os eleitores americanos possuíam um sistema de crenças pouco coerente, estreito e temporalmente instável."(p.19).

A identificação partidária mencionada anteriormente, segundo essa corrente de interpretação, aparenta ser a variável de maior relevância para a decisão dos eleitores, de tal forma que a socialização, em conjunto com as vivências políticas adquiridas, constituem o sistema de crença responsável pela identificação do eleitor com o partido político. Segundo a interpretação de Pimentel (2007), é na instância da socialização que os indivíduos tangenciam suas preferências partidárias, no período da infância, as primeiras socializações, geralmente no âmbito familiar, ocorrem por definir uma orientação das atitudes seguintes na vida adulto, para este caso, eleitoral, as atitudes da preferência partidária - composta por três variáveis: os candidatos, os *issues* e a avaliação de desempenho dos partidos políticos. Logo, podemos aferir que a centralidade da decisão eleitoral para a escola psicológica está tanto no sistema de crenças, como consequentemente na identificação partidária. O questionamento de Figueiredo (2008), vem no sentido de compreender como os eleitores que não possuem um sistema de crenças estruturado, que compõem a maioria do eleitorado, decidem a respeito da decisão do voto. A resposta parece ser simples, se mesmo que o eleitor não tenha um sistema de crenças coerente, a conclusão está na questão primária, anterior ao sistema de crenças, nos hábitos, atitudes, símbolos e valores que fazem parte da vida do eleitor. Dessa forma, por meio de pesquisas abertas é possível compreender o sistema de crença desestruturado de coletivos específicos e premeditar com maior precisão sobre a direção do voto em determinados grupos sociais.

Entretanto, em estudos mais recentes de psicologia política, a identificação partidária perdeu em consenso - alguns estudos trabalham com a ausência de identificação partidária. De acordo com Pimentel (2007), a tese de desalinhamento partidário de Dalton, Flanagan e Beck (1984) evidenciou eleitores menos comprometidos partidariamente e mais independentes na escolha do voto, sendo assim, tornando a questão partidária menos importante para os estudos seguintes. Em suas palavras: "Tal tese sustenta que uma combinação de fatores individuais e sistêmicos estaria diminuindo a importância dos partidos na estruturação do voto."(p.22). Esses fatos mencionados seriam, principalmente, o aumento da escolarização e informações que os eleitores têm acesso, fazendo com que uma parte maior da população possua os sistemas de crenças mais estruturados para a decisão do voto, e não se limite pela fidelidade partidária. Segundo Weisberg e Greene (2003, apud PIMENTEL; p.22), "Não obstante o declínio do partidarismo, a identificação partidária ainda continua sendo um dos principais componentes (se não o mais importante) de longo prazo na estruturação do voto"

## 2.3 ESCOLA ECONÔMICA

Segundo Patrick Baert (1997), existem diferentes abordagens sobre a Teoria da Escolha Racional, apesar de ser uma teoria que vem do pensamento econômico, ela está difundida em diferentes áreas do conhecimento e podem haver certas distinções da perspectiva de um autor para outro, inclusive dentro de uma mesma área. Na ciência política a teoria da escolha racional substitui o *homo sociologicus* pelo *homo economicus*, trazendo um olhar utilitarista para a decisão do voto, neste caso os indivíduos agem racionalmente procurando maximizar seus ganhos através da decisão eleitoral. Para Pimentel (2007), trata-se de uma visão normativa que preconiza a dissociação do homem com o sentir, afastando a racionalidade das emoções. Algumas características se destacam entre essa corrente de pensamento político, como vimos anteriormente, por seu pioneirismo, o principal autor da corrente racionalista é Anthony Downs.

Como podemos ver em *Democracy for Realists* (2016), o primeiro modelo de decisão eleitoral produzido na ciência política foi o “modelo espacial” formulado por Downs na década de 1950. A partir de sua esquematização teórica iniciou-se um longo debate sobre decisão eleitoral na ciência política, parte dos teóricos contribuíram divergindo de Downs, enquanto outros corroboravam com a manutenção da teoria. O fato é, que a essência de sua obra "An Economic Theory of Democracy" (1957) faz parte da essência do debate de decisão eleitoral presente na literatura.

A teoria da escolha racional (rational choice), parte da premissa baseada no individualismo metodológico, em que o ator político orienta-se de maneira racional em sua tomada de decisão do voto, procurando maximizar o seu bem-estar. Segundo Pimentel, os eleitores racionais votam de forma utilitarista, visando os partidos políticos que podem lhe oferecer maiores satisfações. Porém, como os eleitores não conseguem prever o futuro, utilizam uma projeção hipotética baseada no cálculo de utilidade pela atividade do governo em exercício e no benefício que ele obteria caso o partido de oposição estivesse no poder, ou em outras palavras, o diferencial partidário atual. Já Figueiredo (2008, p.106), classifica na seguinte estrutura lógica:

1. Organiza as alternativas segundo uma ordem de preferência;
2. O seu ordenamento preferencial é transitivo;
3. Sempre pode decidir por uma alternativa;
4. Entre as alternativas disponíveis, escolhe a que prefere mais;

5. Sob as mesmas condições, toma sempre a mesma decisão.

Para compreender a visão dessa escola acerca da dinâmica eleitoral é possível utilizar-se de uma metáfora em que os eleitores se transformam em consumidores, os quais procuram ofertas de produtos que lhe agradem mais a partir de seus interesses. Dessa forma, os políticos seriam vendedores que oferecem produtos e serviços aos consumidores, que procuram maximizar suas satisfações subjetivas de forma utilitarista, ao definir o voto. A teoria da escolha racional pode ser sumarizada em uma premissa fundamental: todas as decisões seguem uma lógica racional orientada por um interesse, independente de qual seja esse interesse, o importante é que a maximização do seu bem-estar dependa diretamente desta lógica, resultando em um pensamento classificado como racional. Para Figueiredo, "O ordenamento desta preferência acontece decorrente do valor econômico compensatório atribuído aos resultados associados a cada alternativa." (p.148).

A essência do pensamento de Anthony Downs permanece na literatura como aspecto central na teoria da escolha racional: indivíduos que tomam decisões procurando satisfazer suas preferências subjetivas conforme as condições existentes para tal, ou seja, respeitando uma ordem de seleção que lhe confira maior satisfação, sendo assim, (A) seria sua primeira escolha por proporcionar mais satisfação que (B), conseqüentemente (B) mais do que (C), e assim por diante. Logo, o grau de desejabilidade está diretamente associado com o conceito de utilidade, representado pelos ganhos individuais que decorrem do resultado eleitoral, sendo esta a fonte de motivação do eleitor.

Assim como consumidores do mundo moderno, os eleitores possuem um tempo finito para se informar sobre as questões políticas, fato que impede maior desenvoltura para as decisões políticas dos eleitores. Apesar de procurarem maximizar seu bem-estar, seu voto representa um valor muito menor do que o valor necessário para procurar as informações necessárias para um voto consciente. Segundo Pimentel, dessa relação de utilidade do tempo é que está o cerne daquilo que se entende por racionalidade na teoria da escolha racional de Anthony Downs. O voto racional não é um voto racional no sentido de exercer o esforço para tomar a melhor decisão, e sim, tomar a melhor decisão conforme o tempo disponível para tal, considerando a relevância de um único voto para o resultado eleitoral, portanto, a concepção da escola econômica para nível de informação e racionalidade possuem significados diferentes.

A racionalidade está na estratégia do processo de tomada de decisão, apropriando-se de um pensamento racional para alcançar um resultado plausível através dos meios e recursos disponíveis de cada eleitor, "Downs sugere que os eleitores utilizam várias maneiras de agir frente à incerteza e, assim, diminuir o custo de informação. A principal forma dos eleitores fazerem isso é através do uso da ideologia"(PIMENTEL; 2007; p.24). Conforme o argumento de utilidade, "A cada turno do ciclo eleitoral, o eleitor avalia as "ofertas" políticas a partir das informações disponíveis, e decide, retrospectiva e prospectivamente" (FIGUEIREDO; 2008; p.107). Sendo assim, os eleitores racionais calculam as diferenças partidárias entre as rendas de utilidade que os partidos podem oferecer, através da comparação entre as atividades do governo em exercício e os benefícios obtidos caso o partido de oposição estivesse no mandato.

Desse modo, podemos dizer que os partidos servem de atalhos informacionais, com isso, fica mais fácil buscar informação pela percepção em relação ao partido político do candidato, do que entender o posicionamento político e as propostas de cada candidato. Portanto, outro aspecto da teoria da escolha racional é a ideologia partidária, sendo esta uma forma de atalho para a decisão do voto. Como afirma Figueiredo (2008; p.107) "Os partidos políticos, diz Downs, são referenciais (yardstick) que os eleitores usam como forma de diminuir drasticamente os custos de aquisição e processamento das informações políticas necessárias para decidir".

É através da ideologia partidária que os eleitores da teoria downsiana procuram se informar politicamente para tomarem suas decisões. Ainda no que diz respeito a teoria da escolha racional, para Pimentel (2007), a ideologia partidária é o caminho mais fácil para o eleitor se informar antes de decidir seu voto, esse caminho mais curto é o que Downs classifica como atalho de informação (shortcuts). Seguindo este argumento, Downs compreende a decisão do voto para além do curto prazo, entende-se que o eleitor tem uma percepção partidária baseada no longo prazo, e que estrategicamente ele utiliza essa percepção para diminuir a incerteza e o custo de calcular o diferencial partidário. Nesse sentido, Figueiredo destaca:

Na teoria econômica do voto, os partidos políticos são organizações que buscam maximizar votos para ganhar eleições (Downs, 1957;30). O sucesso das ideias propostas pelo partido e de suas práticas políticas é medido em termos de quantidade de votos. Para os partidos, os votos significam a possibilidade de pôr em prática seus projetos, assumindo funções governamentais. (FIGUEIREDO; 2008; p.110)

### 3. O VOTO RETROSPECTIVO

O voto retrospectivo, como o próprio nome já diz, refere-se ao voto em que é feito de forma retrospectiva, avaliando o desempenho do político durante o período de exercício do mandato. Os primeiros teóricos mais relevantes que contribuem para essa visão de entendimento do voto foram Key (1956) e Anthony Downs (1957), posteriormente, Fiorina (1981) no livro "Retrospective Voting in American National Elections" fará uma análise do voto retrospectivo utilizando a visão de ambos autores mencionados - sua construção para a explicação eleitoral torna-se uma referência para trabalhos seguintes que utilizam a probabilidade no estudo dos resultados e previsões eleitorais.

Além das contribuições do voto retrospectivo, outro debate que se intensificou segundo Carreirão (2000) foi a tese do voto econômico, no debate sobre a influência da avaliação do mandato, a economia ganhou um peso ainda maior para os estudiosos do tema. Como observou Carreirão (2000; p.36) "A linha central de argumentação que norteia esse debate é a de que a avaliação que os eleitores fazem do governo é fortemente influenciada pelo estado da economia."

Em Key(1956), o voto retrospectivo tem como principal objetivo punir ou recompensar os governantes pelo seu desempenho. Segundo Carreirão (2000), a perspectiva de Key é de um voto puramente constituído pela relação de *accountability*, em que o voto corresponde ao resultado das políticas governamentais, independente das propostas para a próxima gestão, podemos dizer que o denominador deste cálculo é o desempenho, citando o autor: "Não há, aqui, comparação entre as propostas (ou mesmo a performance) do governo e as propostas da oposição; apenas avaliação da performance do governo: avaliação positiva leva ao voto no governo; negativa, na oposição." (CARREIRÃO; 2000; p.35).

Na visão de Downs (1957), a avaliação do desempenho é uma forma de obter-se informações de forma mais acessível, no entanto, o mais importante para o eleitor é a maximização do seu bem-estar através do voto. Para Carreirão (2000), os eleitores da teoria downsiana estão mais preocupados com as posições concretas, os *issues*, que vão impactar diretamente suas vidas. Sua análise procura identificar nas decisões de eleitores pouco informados algum traço de racionalidade, mesmo que mínimo. Para Fiorina, a teoria downsiana compreende o voto retrospectivo como uma maneira mais barata de adquirir informação, antes de executar o voto prospectivo como produto final.

Já na teoria de Fiorina (1981), o destaque de Pimentel (2007) é para a questão da sensibilidade dos eleitores em relação aos impactos das atividades governamentais, em outras palavras, o autor enxerga nos eleitores uma sensibilidade capaz de traduzir o impacto das atividades governamentais em opiniões sobre o desempenho da atual gestão. Por um lado, as decisões eleitorais são tomadas conforme as experiências individuais de cada eleitor, por exemplo, se o bairro ficou mais violento ou aumentaram as filas no posto de saúde, essas vivências servem de atalhos informacionais para aferir sobre a gestão do representante e conseqüentemente puni-lo por isso. Também, há outro lado, em que os eleitores somam a estas experiências sua visão a respeito dos partidos políticos construída em um longo prazo, dessa forma, se um partido é frequentemente envolvido em escândalos de corrupção, os eleitores tendem a punir o partido baseados por este retrospecto. Em suma, podemos dizer que o voto retrospectivo compreende a decisão eleitoral como o momento em que se exerce o julgamento da atual gestão; a população deverá optar entre punir ou recompensar o desempenho do representante, fornecendo um veredito pela permanência ou substituição do mesmo.

Sendo assim, é possível observar a utilização das duas teorias, de Key e Downs, na formulação de uma nova concepção de voto retrospectivo, ambas as teorias são utilizadas por Fiorina para determinar uma visão mais ampla de curto e longo prazo. Segundo Pimentel (2007), os eleitores da tese retrospectiva de Fiorina, através dos atalhos informacionais da teoria downsiana definem suas preferências partidárias numa visão de longo prazo. Enquanto a visão de Key, fornece base para a compreensão de um voto em que o eleitor procura punir ou recompensar o incumbente pelo retrospecto da sua gestão, Fiorina considera que os eleitores podem questionar o desempenho do seu candidato e alterar sua preferência partidária formulada no período de longo prazo, baseados no retrospecto de curto prazo, punindo o candidato e partido redirecionando seu voto à oposição, quanto ao curto prazo, Pimentel (2007; p.27:28) considera:

Já os fatores de curto prazo se referem às situações postas durante um governo específico que podem abalar essa tendência de longo prazo e, dessa forma, alterar as predisposições partidárias existentes. Explicando de outra forma, eleitores racionais podem entender que no atual mandato a atuação do partido com o qual ele se identifica não lhe garantiu a renda de utilidade esperada e, a partir dessa avaliação de curto prazo, pode decidir que não vale à pena engajar seu voto através dessa identificação, ou mesmo, se isso acontecer reiteradamente, pode revisar sua predisposição partidária e questionar se vale à pena ou não continuar a se identificar com esse partido. Nesse sentido os eleitores agiriam de maneira punitiva, à la Key, direcionando seu voto para a oposição.

Contudo, compreendendo o voto retrospectivo como uma visão de retrospecto sobre as ações, utilizando-as como informações para aferir sobre a capacidade de executar ações futuras que tornem sua experiência melhor, ou em termos downsiano, maximizem o seu bem-estar. Diante do que foi apresentado, é importante ressaltar que há uma centralidade na motivação dos eleitores racionais de utilizar o seu voto para melhorar, ou pelo menos tentar melhorar a situação atual. Essa motivação do voto retrospectivo advém da concepção da teoria da escolha racional no debate da decisão eleitoral, e será questionada na crítica do livro *Democracy for Realists* direcionadas ao voto retrospectivo, entendendo a centralidade da identificação dos eleitores como motivação principal para a decisão do voto.

Portanto, é correto afirmar que a tese do voto retrospectivo é fundamental no debate da decisão eleitoral. Tal tese assumiu uma grande aceitação na Ciência Política, e tem orientado diversos trabalhos na compreensão da decisão eleitoral. Inclusive, como pontuam Achen e Bartels (2016), a própria visão da teoria democrática de seleção de lideranças está embasada na concepção de indivíduos racionais que desempenham o papel de eleitores da tese do voto retrospectivo, procurando formular lideranças cada vez mais capazes para exercer os papéis políticos, pois se seguirmos a lógica de que os governos bem-avaliados serão reeleitos, e os governos de má administração serão punidos, logo teremos melhores gestões com o passar dos anos.

#### 4. DEMOCRACY FOR REALISTS

Neste capítulo, será apresentado um resumo do livro *Democracy for Realists*, visando expor as partes consideradas centrais da obra para que o leitor tenha uma visão geral do que se trata o livro e de suas críticas. Esta exposição é composta por duas etapas: a primeira dedicada a interpretação das duas teorias democráticas presentes no livro, para poder colocar em contexto o que será a segunda parte da exposição. Nessa serão abordadas as principais evidências empíricas destacadas pelos autores como argumento para a formulação de uma nova teoria democrática, trazendo questionamentos sobre a validade da teoria do voto retrospectivo de Morris Fiorina, e os impactos à teoria democrática de seleção de lideranças.

O livro "*Democracy for Realists*", traz críticas contundentes ao sistema democrático vigente, a análise aborda o sistema bipartidário dos Estados Unidos ao longo da história, mas suas críticas não possuem fronteiras, e devem ser lidas em todo o mundo. Assim, como qualquer outra crítica responsável feita ao sistema democrático, a intenção da obra é propor uma reinterpretação do sistema democrático, sem se abandonar o cerne da democracia - a mudança constante do governo no poder. Para ser mais exato, eles sugerem o aprofundamento do debate em torno da representatividade dos grupos sociais no sistema político. Segundo Achen e Bartels, as elites econômicas interferem demais nas decisões governamentais, enquanto grupos de maior relevância populacional acabam perdendo direitos ou não sendo representados de maneira apropriada pelas posições partidárias. Sendo assim, o sistema democrático deveria ser pautado na representação do interesse de grupos sociais, uma experiência prática, mais próximo da interpretação sociológica sobre decisão eleitoral.

Os autores da obra são Christopher H. Achen e Larry M. Bartels, ambos americanos, e professores de Ciência Política em grandes universidades americanas. Christopher H. Achen trabalhou como professor nas universidades de Rochester, Yale, Berkeley, University of Chicago, University of Michigan e Princeton. Já Larry M. Bartels cursou sua graduação e mestrado na Yale University e seu Ph.D. na Berkeley, ademais, lecionou aulas nas universidades de Vanderbilt, Princeton e Rochester. O livro foi resultado da parceria entre os dois cientistas que se conheceram na faculdade de Yale, enquanto Larry em seu primeiro ano de faculdade procurava por aulas em que não precisasse acordar cedo, Chris ministrava a aula de "Quantitative Methods in Political Science" no horário da tarde. Posteriormente, a concepção do trabalho surge quando os autores se tornam

colegas de departamento na Princeton University, de 2004 a 2011, onde fomentaram um laço que resultou no interesse em pesquisar juntos. Sendo assim, o livro foi publicado em 2016, e obteve grande repercussão nos Estados Unidos, tendo em vista que o lançamento do livro se deu no mesmo ano da eleição presidencial norte-americana que teve como decisão dos eleitores o polêmico presidente Donald Trump. Dessa forma, a obra acabou servindo de refúgio para muitas pessoas que buscavam explicações para o resultado eleitoral de 2016, tendo um impacto ainda maior em suas vendas. Além de trazer importantes questões para o debate político com uma linguagem acessível, o livro consegue articular muito bem os conceitos da academia e a realidade observada pelos eleitores.

A primeira parte do livro inicia trazendo um trecho do discurso do presidente mais reverenciado nos Estados Unidos, citando Abraham Lincoln *"democratic government is "of the people, by the people, and for the people."*(p.1). Essa é uma visão de democracia bastante difundida, mas que veremos a seguir algumas inconsistências quando retirado de uma máxima e transformada em teoria democrática. Existem diferentes significados para a palavra democracia, dependendo do contexto que será utilizada, ao longo da história, podemos observar diversas experiências democráticas no mundo. A primeira data 500 anos A.C. na Grécia Antiga, homens aristocratas reuniam-se nas polis para debater assuntos políticos, mesmo sendo uma sociedade escravista podemos aferir que a democracia estava presente no sistema político grego, pois havia a presença do elemento democrático nas decisões políticas. Os autores apresentam uma pesquisa produzida de 2010 a 2014, em diversos países no mundo, o objetivo é questionar os cidadãos sobre como está a situação da democracia em seu país, e o resultado é no mínimo intrigante. Duas simples perguntas foram feitas aos entrevistados:

- 1) *How important is it for you to live in a democracy?*
- 2) *How democratically is this country being governed?*

As respostas indicam que na maioria dos países a democracia é vista como uma forma desejável de governo, mas entendem que seu país não está sendo governado de forma totalmente democrática. Em todos os países, existe um "gap" entre o apoio à democracia como ideal e as percepções sobre a realidade democrática, independente da experiência democrática dos países em questão. Sendo assim, os autores destacam o caso americano:

*In the United States, for example, 46% of the respondents in the World Values Survey said that it is "absolutely important" to them "to live in a country that is governed democratically," but only 7% said that the country is*

*actually being governed in a "completely democratic" manner. (ACHEN AND BARTELS; 2016; p.8).*

Segundo a pesquisa, quando os eleitores de diferentes países são questionados sobre a importância da democracia, a resposta tende ao mesmo padrão, acima de 7 pontos (numa escala de 1 a 10). Inclusive na Rússia, onde a democracia não se faz muito presente na história política do país, os eleitores consideram a democracia como importante - entre 7,5. Isso demonstra uma imagem positiva da democracia para os eleitores ao redor do globo, independente da diversidade das experiências democráticas, a população de quase todos os países aceitam a concepção de que a democracia é de alguma forma uma coisa boa para a política do seu país. No entanto, quando questionados sobre o quão democrático seu país está sendo governado, podemos observar que a percepção dos eleitores é um tanto confusa, por exemplo, a resposta de chineses e americanos para as questões foram iguais, não só para a primeira pergunta sobre a importância da democracia (8,5), mas também para a segunda questão que indaga sobre quão democrático é o seu país (6,5). Como é de conhecimento geral, Estados Unidos e China são dois países que vivem experiências democráticas bastante diferentes, o que nos leva a concluir que a percepção geral tende a ser balizada mais por um ideal de democracia do que estritamente pela experiência prática dos cidadãos. Portanto, podemos aferir que os eleitores, apesar de perceber a democracia como positiva, tendem a uma insatisfação com a experiência democrática em seu país, independente da experiência vivenciada. Esse fato contribui para uma análise de que os cidadãos possuem dificuldade para compreender o significado da democracia, quando analisado na prática. Porém, esta não é somente uma dificuldade dos eleitores, para a Ciência Política também há visões divergentes sobre o que é democracia e como balizá-la.

Uma teoria de bastante sucesso na literatura busca explicar a presença da democracia em um sistema político, os autores trazem a teoria formulada por Robert Dahl, que curiosamente cunhou o termo "Poliarquia" para se referir ao tal modelo, ou seja, Dahl classifica a forma normativa de democracia como poliarquia, um sistema tão diferente do que experienciamos que precisou receber outro nome. Um modelo de poliarquia seria uma experiência cem por cento democrática, seguindo alguns critérios como: participação efetiva, igualdade no voto, entendimento esclarecido, controle da agenda e inclusão de adultos - destacam a importância de cada cidadão como iguais perante as determinações das políticas públicas. Para Robert Dahl, o conceito de poliarquia serve de guia para

orientar mudanças em arranjos democráticos, constituições e instituições políticas. Mesmo que a realidade esteja distante dos ideais, estes servem de base para construir uma nova realidade democrática. Os autores apontam que esse argumento faz sentido, mas que os ideais não deveriam ser tão irrealistas. Graham Wallas em 1908, já ponderava sobre ideais inalcançáveis: "No modern treatise on pedagogy begins with the statement that the ideal boy knows things without being taught them, and his sole wish is the advancement of science, but no boys at all like this have ever existed."(p.7). O entusiasmo tomou conta do conceito de democracia, e quando as contradições conceituais apareciam eram tratadas como falhas de líderes corruptos ou instituições defeituosas, com o passar do tempo o próprio ideal ficou sob suspeita.

Na visão dos autores, o significado da palavra democracia pode ser expressa de duas formas diferentes, ambas as visões são tratadas ao longo do livro e serão importantes até o final para esclarecer o debate trazido pelos autores. Existe uma primeira visão bastante difundida entre as pessoas, e que resumidamente compreende democracia como a voz do povo, ou seja, a democracia seria aquilo que preza pela vontade popular, e o sistema democrático, um sistema conduzido pelas vontades da maioria. Essa é uma visão que aparece por vezes em discursos políticos que incitam questões populares, afinal, é conveniente para políticos agradar à maioria do eleitorado. Essa visão supõe que os eleitores tenham preferências políticas distintas, estão cientes dessas preferências, estão bem-informados sobre as alternativas políticas que disputam a eleição, e conseguem escolher o candidato que mais se assemelha às suas próprias preferências e, em seguida, votam.

Uma segunda visão, para os autores, estaria restrita aos modelos formulados pela ciência política, ressaltado por Schumpeter (1942), como um sistema em que as pessoas não decidem o que deve ser feito, mas que possuem o direito de escolher quem decidirá por elas. Essa visão está mais difundida na Ciência Política, e enxerga o sistema democrático como um conjunto de arranjos institucionais que garantem a ocorrência de eleições. Para os autores esse conceito de democracia parece ser um conceito mais confortável para cientistas políticos, por não dependerem das vontades populares para uma boa política, no entanto, fica restrito ao entendimento de pessoas que estudam o tema. Schumpeter no que lhe concerne, não desenvolveu uma concepção própria sobre a motivação dos eleitores em selecionar lideranças, ou sobre como acontece esse processo, porém, esse foi um debate bastante extenso para a Ciência Política em anos seguintes, a tese de maior aceitação atualmente é a teoria do voto retrospectivo

desenvolvida por Morris Fiorina. De acordo com essa teoria, o resultado das eleições não depende propriamente de ideias políticas, a eleição representa um veredicto popular, que visa julgar o desempenho de representantes como positivo ou negativo. Desta forma, a decisão eleitoral ocorre através de uma dinâmica que visa punir ou recompensar o desempenho dos exercícios de mandato.

Ambas as visões democráticas são criticadas pelos autores, a primeira de forma mais teórica com alguns exemplos empíricos de situações em que a participação dos eleitores é posta em cheque, mas sem adentrar ao debate da democracia direta. Contudo, os autores tratam do tema como menos relevante para a academia, apesar de diversos estudos recentes em participação popular. Dito isto, passaremos às análises sobre a crítica ao primeiro modelo apresentado por Achen e Bartels na obra em questão.

#### 4.1 FOLK THEORY

A primeira teoria democrática exposta em *Democracy for Realists*, intitulada como "Folk Theory", ou numa tradução livre "teoria popular", representa a congruência de ideais reconfortantes de que vivemos em um sistema em que o interesse do povo é central para as decisões políticas. Essa visão, como mencionado anteriormente, é consenso para a maioria dos cidadãos e está frequentemente em discursos políticos que incitam uma maioria para criar uma representação por determinado clamor popular, por exemplo, ao ser contra o aborto no Brasil, políticos alegam que "a voz do povo é a voz de Deus", conferindo a si um papel apenas de agente entre as vontades do povo e a formulação de políticas públicas. Para a teoria popular de democracia, os cidadãos possuem suas opiniões políticas de acordo com sua visão de mundo, estão bem-informados sobre as diferentes perspectivas e possuem total consciência da visão que defendem. Os políticos são eleitos para executar essas vontades que emanam do povo, nesse sentido, o livro traz uma pesquisa recente em que os entrevistados afirmam que: "*The will of the people on most issues is pretty clear, and politicians should just follow it.*" (p.88).

O primeiro grande crítico dessa visão de democracia na Ciência Política foi Joseph Schumpeter, que descreveu ironicamente a função do sistema eleitoral a partir dessa perspectiva, como um modelo que por meio de eleições decide quais os indivíduos devem se reunir para cumprir com as vontades populares. O objetivo de Achen e Bartels é demonstrar que tratar democracia como sinônimo dos valores liberais por participação popular é, na verdade, reduzir a democracia a um modelo irrealista, exigindo decisões

políticas de seus cidadãos, fato que vem acarretando num sistema cada vez mais populista e menos republicano. Como comenta Antje Schwennicke (2017), os cidadãos da Folk Theory são representados como exemplares, compreendem de política e sabem escolher por si quais os caminhos que seus representantes devem escolher para o futuro da sociedade. No entanto, a realidade aparenta ser bem diferente. As pessoas estão ocupadas com suas vidas, afinal, precisam trabalhar para pagar suas contas, elas mal possuem tempo para lazer, quem dirá para se informar sobre quais políticas econômicas seu país adotou ou como está sendo o posicionamento do seu país frente às questões internacionais de meio-ambiente. Por mais que ainda prevaleça um discurso de conscientização do voto, no que diz respeito em procurar informações para decidir em quem votar. É pouco provável que os cidadãos dediquem seu valioso tempo para ler e ponderar sobre o plano de governo dos candidatos à presidência, e mesmo assim, persistem em defender essa visão utilizando argumentos de consolidação democrática como uma experiência recente. Sendo assim, na prática, parece não haver tempo para a população se dedicar à aprendizagem política, e essa realidade dá indícios de que não mudará. Outro argumento contra o aumento da participação popular é trazido nas críticas feitas por Schumpeter sobre o comportamento humano quando se trata de política:

*By comparison with other realms of life, he argued (Schumpeter 1942, 261), "the typical citizen drops down to a lower level of mental performance as soon as he enters the political field. He argues and analyzes in a way which he would readily recognize as infantile within the sphere of his real interests. (ACHEN AND BARTELS; 2016; p.10).*

Mesmo pessoas estudadas e/ou aquelas com tempo para informar-se sobre política, parecem se comportar de maneira inapropriada - utilizam qualquer argumento que encontram, e majoritariamente, apenas reproduzem discursos de líderes partidários do seu interesse, tornando o argumento de aprendizagem ainda mais distante da realidade. Desta forma, quando os autores analisam as decisões populares em questões práticas, é possível encontrar diversas decisões incoerentes, por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960, muitas cidades americanas decidiram adicionar compostos de flúor à água potável, haviam evidências científicas que o flúor reduziria a cáries dentária e esse argumento pareceu convincente para os políticos que administravam suas cidades, entretanto, quando as cidades consultaram seus moradores através de referendos 60% das vezes a fluoretação foi recusada, inclusive em cidades como Cambridge e Massachusetts, sedes da universidade de Harvard e do MIT, respectivamente. O resultado encontrado pelas cidades que rejeitaram a proposta foi uma economia de alguns centavos no ano em troca

de maiores despesas em consultas odontológicas para a sua família. Contudo, os autores investigaram o que levou os cidadãos ao optar por uma decisão auto destrutiva, e encontraram uma resposta muito simples: havia grupos de extrema-direita e dentistas desonestos que mobilizaram campanhas para influenciar na decisão, deixando as pessoas confusas em relação à proposta, mesmo nas cidades com elevado grau de educação universitária os moradores não conseguiram separar os gurus dos especialistas.

São retratados outros dois casos que ilustram como decisões de cidadãos comuns podem ser prejudiciais para a sociedade. No primeiro, eleitores votam para aprovar uma proposta que reduziria em 20% as taxas de seguro de automóveis, uma proposta a princípio atraente, porém sem fundamentos, violando a lei de oferta e demanda e impossibilitando de ser posta em prática. Esse caso aponta para a discussão de que ser relativamente “bem-informado” está longe de ser beminstruído para questões políticas. O segundo exemplo, demonstra um estudo a respeito da diferença no crescimento de receitas, comparando distritos sem decisões com referendo em relação aos distritos que possuem referendo; o estudo demonstrou um aumento de 3,9% na receita anual dos distritos com referendo, e 6,2% em distritos sem requisito de referendo, uma diferença resultante em menos de 43 centavos de dólar por ano - de 1,07 versus 1,50. Essa pequena diferença no orçamento foi o suficiente para afetar o serviço dos bombeiros nos distritos, segundo os dados do National Fire Incident Reporting System o tempo médio de resposta nos distritos com referendo ficou em média cerca de um minuto abaixo do tempo de distritos com referendo. Além da redução no tempo de atendimento às chamadas de emergência, os treinamentos precisaram ser reduzidos e as manutenções ou substituições de equipamentos também foram prejudicados por conta da diferença de 43 centavos anuais em impostos. A cultura americana tende a apoiar decisões que visam ampliar a soberania popular para participação direta na política, líderes políticos estão se apropriando do discurso para agradar os eleitores, infelizmente, o resultado desse enredo tem trazido maior instabilidade ao sistema democrático e decisões como estas estão cada vez mais frequentes.

Além disso, outro ponto que abordam é a participação em questões “populares”, como, por exemplo, de bebidas alcoólicas, decisões que influenciam diretamente o dia a dia dos cidadãos, estas propostas possuem o dobro de votos das pessoas que

compareceram para votar, ou seja, mesmo os cidadãos que se dirigiram para participar dos referendos, metade deles optaram por ignorar questões mais subjetivas de impacto indireto, o que levou a uma conclusão lógica de que os cidadãos gostam de participar só quando lhe convém, o que seria um problema para a democracia direta e referendos sobre assuntos mais corriqueiros. Para Achen e Bartels a teoria democrática popular, ou Folk Theory, não é suficientemente viável, na prática, a teoria exige mais dos cidadãos do que eles aparentam poder entregar, ou até mesmo, querem entregar.

## 4.2 SELEÇÃO DE LIDERANÇA

Na segunda parte do livro, os autores passam a se dedicar em apresentar evidências empíricas que questionam o voto retrospectivo e a teoria democrática da seleção de lideranças. No capítulo 5, os autores observam o impacto de fenômenos naturais nas eleições modernas americanas, apropriando-se do argumento de que há, para além das decisões racionais, fenômenos que podem interferir no resultado eleitoral, e conseqüentemente na responsabilidade democrática.

Desta forma, a dinâmica do voto retrospectivo, de punir ou recompensar os incumbentes, é criticada pelos autores como um julgamento injusto - que não segue a lógica racional defendida pela escola do voto econômico. Assim como os desastres naturais que serão analisados, outros fenômenos aleatórios poderão interferir no resultado eleitoral, tendo em vista que os eleitores reagem aos eventos irracionalmente, punindo representantes conforme questões momentâneas. Se no momento eleitoral os eleitores estiverem com sentimentos negativos, a tendência, seguindo esta lógica apresentada, é de que parte dos eleitores irão punir seus representantes. Isso acontece não por um processo racional, mas por um processo aleatório em que ataques de tubarões, chuvas, secas ou qualquer outra questão que não tenha a ver propriamente com o desempenho do governo, interfira no discernimento de parte do eleitorado, suficientemente para interferir no resultado eleitoral. Sendo assim, os representantes titulares em momentos ruins pagarão pelo preço de se eleger em um mau momento, e representantes de titulares em momentos bons colheram os louros de um bom momento, independente ou menos dependente de seu trabalho no exercício do cargo. Contudo, podemos seguir para as análises estatísticas sobre o impacto de ataques de tubarões na eleição de New Jersey.

O primeiro evento analisado é referente a eleição de 1916, em New Jersey. No mês de Julho de 1916, aconteceram quatro mortes por ataques de tubarões na região litorânea de New York, um dos ataques levou uma pessoa a óbito em Ocean, e as outras três em

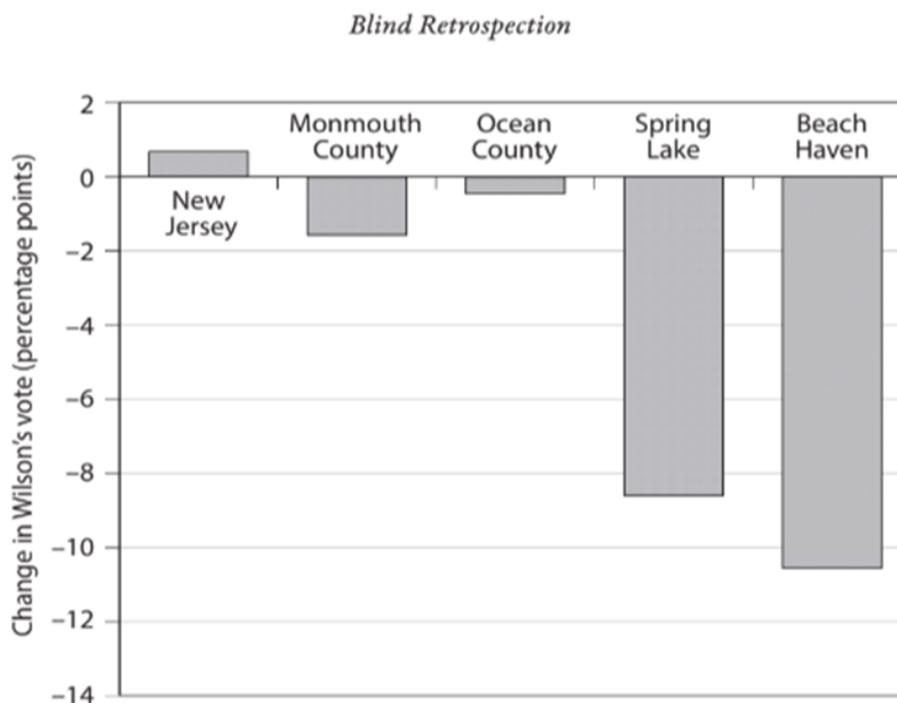
Monmouth. Os resorts da região rapidamente deixaram de faturar em uma semana aproximadamente US \$250.000 em reservas canceladas. A alta temporada levava resorts a uma taxa de 75% de vacância, o que deixou de acontecer no verão de 1916. Os moradores da região que dependiam financeiramente dos turistas chegaram a enviar cartas ao governo exigindo alguma ação, mas não havia muito o que poderia ser feito, devido que na época em questão a política de auxílios ainda não era uma prática comum como atualmente são. O então presidente, Wilson, ex-presidente da Universidade de Princeton e ex-governador de Nova Jersey, se mudou para um hotel da região logo após os ataques e iniciou reuniões para tentar achar uma solução para o problema. Após algumas reuniões chegou-se no consenso de que as únicas medidas possíveis seriam matar alguns tubarões aleatoriamente e sinalizar as praias com avisos de cuidado, a Guarda Costeira ficou sob alerta e os ataques de tubarões cessaram. Entretanto, o resultado eleitoral, na região dos Grandes Lagos, foi negativo para Wilson, que perdeu na maioria dos estados do nordeste, incluindo New Jersey. O que salvou a reeleição do partido republicano foram algumas vitórias em estados geralmente democratas.

Sendo assim, a análise será a respeito dessa eleição atípica de 1916, em que hipoteticamente houve interferência de ataques de tubarões, que no final não mudaram o resultado, mas possivelmente o alteraram. O indicador chave para a explicação será o "condados de praia", que são as cidades de *Jersey Shore* - os condados de Monmouth, Ocean, Atlantic e Cape May; essa região é conhecida por seu apelo turístico, estão localizadas onde ocorreram os ataques e foram diretamente impactadas economicamente. Além disso, os autores adicionaram dois fatores nas análises, o primeiro foi o desempenho de Wilson na eleição de 1912, para retirar o apreço pelo ex-governador e a capilaridade partidária na região, e equilibrar a disputa, tendo em vista que a corrida eleitoral de 1912 ocorreu entre três candidatos e não dois. A segunda variável de controle visou captar a mudança do cenário eleitoral de partidos que se voltaram contra Wilson em 1910, após sua eleição como governador, adicionando a variável de "machine counties" como condados acima de 30 mil eleitores em 1916 e 60% ou mais de cidadãos estrangeiros no censo de 1910, dessa forma, chegando aos condados de Bergen, Hudson, Essex e Union. Os autores observaram que no condado de Essex havia um rival político de Wilson que tornava o resultado eleitoral muito diferente dos outros, e por isso, excluíram de suas análises, resultando em 20 condados de New Jersey no geral.

Na tabela 5.1 do livro, são apresentados os resultados das análises estatísticas estimando a parcela de votos de Wilson em 2016 nos condados que possuem ou não

praias, os condados de máquina pública e a parcela da eleição de 1912. A análise considera a participação de votos de Wilson em 1916 com um erro médio de apenas 1,7 pontos percentuais e a correlação entre as cotas de votos reais e previstas de 1916, é de 0,97. E o resultado, estima que nos condados de praias, a diferença é um pouco superior a três pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95% entre 1,3 e 5,2 - o que nos mostra que há uma diferença ocasionada pelos ataques de tubarões.

Além disso, os autores também exploraram outras formas de possíveis interferências para deixar os resultados ainda mais consistentes. Primeiro, utilizaram diferentes especificações para medir o partidarismo, e o resultado se manteve sempre entre dois a quatro pontos percentuais - mantendo sempre os votos de 1912 dentro da análise. Segundo, incluíram testes sobre uma questão relevante da época, pois na eleição de 1916 havia rumores sobre a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, portanto, mensuraram a proporção de alemães, irlandeses e estrangeiros, mas não houve alteração na conclusão das análises, mantendo sempre a consistência. Terceiro, trocando a variável dos votos de 1916 como dependente e 1912 independente e não houve alterações significativas em relação à participação eleitoral dos anos em questão. E por último, consideraram o terceiro candidato da disputa, Teddy Roosevelt, como possível interferência no resultado eleitoral de 1916. Pois se em 1912, ele tivesse se saído pior nos condados com praias, poderia ocasionar uma interferência no resultado eleitoral de Wilson em 1916, contudo, também não houve uma mudança nos votos, até pelo contrário, Roosevelt se saiu pouca coisa melhor nos condados com praias. Sendo assim, se tivesse alguma interferência pela questão de um terceiro candidato à disputa de 1912, o efeito, na verdade, acentuaria os 3 pontos encontrados. Além disso, os autores ampliaram as análises para os distritos onde ocorreram de fato as mortes pelos ataques de tubarões, e a interferência se torna ainda mais visível.



**Figure 5.2.** Change in Woodrow Wilson's Vote Share (1912–1916) in Counties and Townships with Shark Attacks

O cômputo aparente da Figura 5.2 do livro *Democracy for Realists*, demonstra uma diferença significativa em relação ao apoio dos eleitores de Wilson, e deixa ainda mais clara a relação entre os ataques de tubarões e o resultado eleitoral, a interferência vai se ampliando, do Estado de New Jersey, para os condados de Monmouth e Ocean, e os distritos de Spring Lake em Monmouth, e Beach Haven em Ocean. Podemos observar que a perda de votos nos condados foi inferior a 3 pontos percentuais, enquanto nos distritos de Spring Lake e Beach Haven foram de 9 e 12 pontos, respectivamente. Dessa forma, fica evidente que houve algum tipo de impacto eleitoral ocasionado pelos ataques de tubarões nos distritos em análise, entretanto, poder-se-ia argumentar que essa diferença teria sido causada não diretamente pelo ataque de tubarões, mas pelo impacto da economia nos distritos.

Tendo isso em vista, os autores fizeram uma comparação para averiguar se esse argumento justificava-se. A comparação foi feita com cidades próximas à água, do condado de Ocean, a escolha do condado segundo os autores, foi por conta da facilidade de separar as comunidades que vivem perto do mar, das comunidades que vivem próximas, mas sem contato direto com o mar, pois há o território de Long Beach Island, no condado de Ocean, que faz a separação natural dos territórios os quais estão diretamente

em contato com o mar, dos que não estão. Para maior rigor estatístico, eliminaram os distritos cujo total de votos cresceu ou encolheu mais de 25% neste período de quatro anos. E chegaram, dessa maneira, a 14 “townships” - similar a municípios; sendo 4 municípios com praias e 10 nas proximidades, nesses municípios a média dos votos de Wilson em 1912 foram de 37,1% e 33,5% respectivamente. Se o argumento for verdadeiro, será possível observar que ambos tenderam a ter o mesmo impacto, tendo em vista que todos sofreram impactos econômicos. Entretanto, se nas cidades de comunidades que vivem na praia forem mais impactadas que nas outras cidades sem a presença física das praias, a conclusão será de que os ataques de tubarões foram mais influentes, do que a economia, na perda dos votos de Wilson.

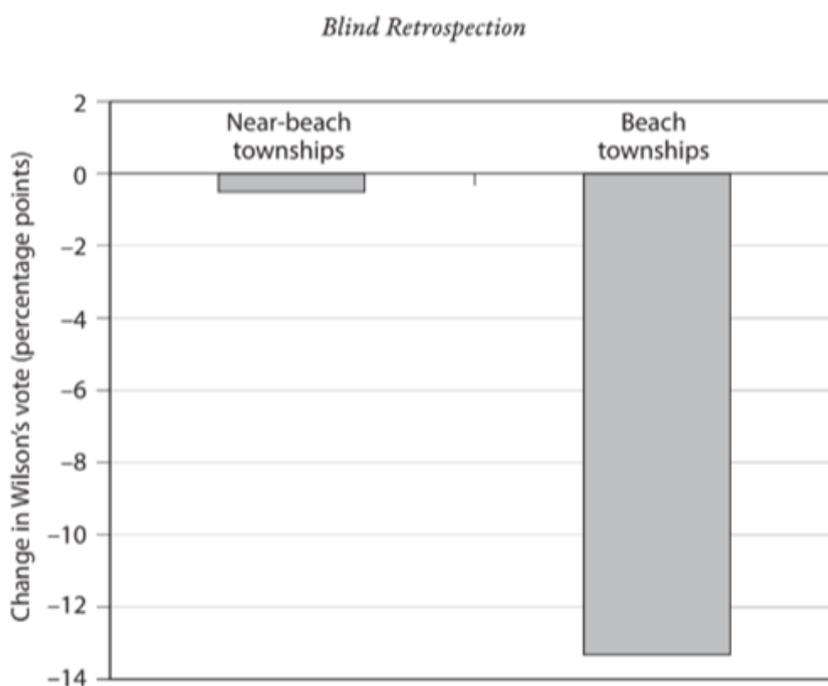


Figure 5.3. Change in Woodrow Wilson's Vote Share (1912–1916) in Ocean County Townships

Como é possível observar na Figura 5.3, a diferença eleitoral de Wilson nas cidades com presença ou não de praias é extremamente relevante para aferir alguns dados. Naquelas com praias foram mais representativas em relação à queda eleitoral do candidato Wilson, punindo sua gestão pelos ataques em cerca de 12 pontos percentuais comparado aos municípios que não possuem praias, dessa forma, excluindo a possibilidade de justificativa econômica para a punição de Wilson em New Jersey. Podemos questionar também, no caso dos ataques de tubarões, por exemplo, se isso impactou no sentimento de segurança dos moradores destas regiões, que ao entrar no

mar passarão a se sentir inseguros devido ao impacto dos recentes ataques. E a questão central nesta discussão, me parece ser que esse processo pode ser considerado racional, mesmo que o governo não possa fazer nada prático para esses moradores se sentirem seguros, a não ser narrativas que passem segurança ao cidadão. Neste caso, o aspecto de responsabilidade democrática se caracteriza como menos utilitarista e prático, sendo mais relacionado à percepção do imaginário coletivo e da disputa entre narrativas que façam o eleitor acreditar em uma das histórias, nesse caso, se sentir ou não seguro ao entrar no mar. Todas as análises, feitas por Achen e Bartels, apresentaram consistência para concluir que a eleição de Wilson para a presidência dos Estados Unidos obteve impacto direto no resultado eleitoral por conta dos ataques de tubarões que ocorreram justamente naquele verão. A título de comparação, a Grande Depressão reduziu os votos de Herbert Hoover em 12 pontos percentuais em New Jersey, de 59,8% em 1928 para 47,6% em 1932. Um resultado próximo das análises encontradas para o caso dos ataques, uma retrospectiva influenciada por um evento que está fora do alcance de um político poder administrar, no sentido prático, o impacto da avaliação do governo acabou sendo afetada por um fator, que além de ser aleatório na ocorrência desse fenômeno, está mais relacionado ao aspecto emocional, do que ao lado racional de argumentação, já que parece ser complicado utilizar os ataques de tubarões como um motivo racional para deixar de votar a favor da reeleição do presidente.

Assim como os ataques de tubarões, ainda no quinto capítulo do livro, os autores analisam a influência de efeitos climáticos nas campanhas presidenciais entre 1900 a 2000. O argumento de retrospectiva cega se mantém para observar como inundações e secas podem influenciar os eleitores a punirem os representantes devido a fatores que não estão sob o controle de sua gestão. Os dados representam leituras mensais de 1897 a 2000, de 344 divisões climáticas dispersas por todo o país. A mensuração é feita através do índice "*Palmer Hydrological Drought Index*" (PHDI), numa tradução livre, "Índice de Seca Hidrológica de Palmer". Nesse índice, o valor zero representa o ideal de umidade, abaixo representam secas e acima são períodos úmidos, sendo o período de análise referente ao longo do século XX, dessa forma, foram analisadas 26 eleições presidenciais. Os autores agregaram os dados de PDHI de cada divisão climática, calculando o valor absoluto da soma das leituras mensais de maio a outubro, por considerar o período eleitoral, e denominaram de "drought index" - apesar de considerarem secas e chuvas também para esse índice. Além disso, agregaram para o nível de cada estado, através da média do valor anual de PHDI de cada estado analisado.

A análise obtida levou ao resultado de um índice climático que variou de 0,04 a 49,08, com valor médio de 11,03 e desvio padrão de 6,29.

As observações dos 48 estados durante os 104 anos resultaram em 4.992 valores, sendo que 649 (13%) destes valores tiveram um índice de PHDI superior a 18, representando períodos "severos"; e 203 (4%) superiores a 24, equivalente a um ano inteiro de seca ou umidade, considerados, situação "extrema". Sendo assim, quando há um período, anterior às eleições, médio de 11 PHDI, as condições resultaram em 0,7 pontos percentuais a menos para o incumbente; e quando superior ou igual a 24 PHDI de média, o impacto geralmente ficou em torno de 1,5 pontos percentuais. Para os autores, um resultado que não pode ser atribuído a simples coincidência.

Após analisar a composição das eleições em conjunto na averiguação de uma frequência na interferência dos resultados eleitorais do século passado, os autores se voltam para a eleição do ano 2000. Uma eleição que climaticamente esteve com o PHDI 10% acima da média histórica, com seca "severa" em partes do Sul e Oeste, além de umidade "excessiva" em estados como Dakota, Nova York e Vermont.

#### Chapter Five

Table 5.3. The Effect of Drought on the 2000 Presidential Vote

	(1)	(2)	(3)
Election-year drought index	-0.231 (0.073)	—	—
Rural drought index	—	-0.546 (0.259)	—
Time-weighted drought index	—	—	-0.310 (0.103)
1996 Clinton vote (%)	0.915 (0.113)	0.896 (0.119)	0.802 (0.115)
1992 Clinton vote (%)	0.206 (0.121)	0.237 (0.127)	0.291 (0.120)
Rural (%)	-0.098 (0.026)	-0.032 (0.040)	-0.116 (0.027)
South	-0.60 (0.76)	-0.96 (0.79)	-1.57 (0.68)
Intercept	-0.14 (3.33)	-3.14 (3.40)	3.40 (3.86)
Standard error of regression	1.94	2.06	1.96
Adjusted $R^2$	.92	.91	.92
$N$	48	48	48

Parameter estimates (with standard errors in parentheses) from ordinary least squares regression analyses of Democratic vote (%) by state; states weighted by turnout.

Conforme a tabela 5.2 apresentada pelos autores, foram consideradas três indicadores diferentes para observar o impacto na eleição de 2000; a primeira são os votos em democratas nas eleições passadas, a segunda considera os votos rurais; e a terceira variável representa os votos do Sul do país. Devido aos índices gerais das três variáveis observadas, os autores sublinharam que em todas ocorreram quedas no voto democrata, em uma estimativa de -2,1 a -3,2 de variação no resultado eleitoral, sendo assim, concluíram que os eleitores em média puniram o representante de 1,6 a 3,6 pontos percentuais devido às questões climáticas. De acordo com suas estimativas, é possível dizer que no ano 2000, cerca de 2,8 milhões de americanos puniram o candidato democrata Al Gore, não por sua gestão, mas porque encontraram seu estado seco ou úmido demais. Os autores afirmam que o candidato democrata perdeu em 7 estados por conta das condições climáticas - Arizona, Louisiana, Nevada, Florida, New Hampshire, Tennessee e Missouri. Não somente no ano 2000, mas durante todo o século, eleitores parecem punir seus representantes por influência de condições climáticas, o que para a tese do voto retrospectivo pode ser considerado um grande problema para responsabilidade eleitoral e para o argumento de racionalidade do voto.

Como vimos nos primeiros capítulos desta monografia, os estudos em decisão eleitoral que seguem a lógica do voto retrospectivo, considera o voto como "racional". Tendo em vista as pesquisas demonstradas, Achen e Bartels questionam a "racionalidade" do voto, classificando o processo de retrospectão feito pelos eleitores como uma retrospectão "míope", que não corresponde à lógica de um voto estratégico, ou racional. Sobretudo, após as análises de eleitores que, durante o século passado, puniram desenfreadamente seus representantes por fatores como secas e chuvas, parece coerente descartar a existência de um eleitorado hábil em transformar as informações sobre o governo em exercício, numa avaliação justa a respeito do desempenho da gestão vigente.

Entretanto, se a racionalidade do voto for o sentimento dos eleitores, ao passo que assuma a razão para o voto, seria plausível dizer que o voto baseado no sentimento é um voto racional? Segundo os autores, sim, se considerarmos a retrospectão como um elemento emocional, que recompensa os representantes por bons momentos e pune por maus, os votos por conta de ataques de tubarões, chuvas ou secas podem ser considerados racionais a partir da teoria do voto retrospectivo de Fiorina. Entretanto, na prática, os representantes ficam à mercê de eventos aleatórios como ataques de tubarões. Dessa forma, a credibilidade da teoria democrática de seleção de liderança se enfraquece, a accountability se torna uma disputa por percepções, sobretudo, na

capacidade de utilizar narrativas políticas que canalizem sentimentos populares em favor do candidato. A escolha de uma elite política, perde seu caráter de elite, como um grupo seleto de representantes considerados os melhores para o exercício do cargo, e assume um caráter de aleatoriedade, em que podem ser selecionados não pelo seu desempenho ou vocações políticas, mas por conta de eventos que fizeram com que as emoções dos eleitores estivessem a seu favor. Por isso, os autores aferem que: "Crazy beliefs can make crazy behavior "rational.""(p.143).

A democracia evidencia a limitação da capacidade humana, as paixões parecem ser tão decisivas quanto o pensamento racional nas decisões eleitorais, mesmo com elevado grau de escolarização, parece haver uma tendência a um comportamento ilógico, inclusive como destacam os autores, intelectuais proeminentes já foram favoráveis a soluções atraentes para problemas complexos, sejam nazistas, bolcheviques, guerrilheiros, a história reproduz com frequência soluções ilusórias para problemas permanentes. Para os autores, a tese democrática de seleção de lideranças, assim como a *Folk Theory*, ignoram as limitações dos cidadãos, e resultam na ausência da responsabilidade democrática e na incapacidade de melhora no cenário político.

No capítulo seguinte, os autores adentram ao aspecto econômico do voto retrospectivo. Para Carreirão (2000), a economia se faz o aspecto mais importante na tese do voto retrospectivo. Não somente Carreirão, mas os autores de *Democracy for Realists* (2016), assumem categoricamente que os estudos probabilísticos recentes produzidos na Ciência Política caminham majoritariamente para a argumentação de que os eleitores punem ou representam por maus momentos econômicos e recompensam pelos bons desempenhos frente à economia. (Kramer, 1971; Lewis-Beck, 1988; Markus, 1988; e muitos outros.) Achen e Bartels (2016), observam que o consenso na academia refere-se ao desempenho econômico do último trimestre às eleições, como fundamental para a reeleição do presidente, e ponderam sobre a responsabilidade democrática dessa afirmativa. Conforme ressaltam os autores, fica evidente o peso eleitoral depositado ao aspecto econômico, inclusive, o próprio Tesouro Americano indicou uma taxa de inflação, em 1987, de 17% nos seis meses anteriores à eleição e 48% nos seis meses seguintes; da mesma forma, em 1991, correspondeu a 26% e 36%; na eleição de 1995 foram de 24% e 46% para o mesmo período analisado.

Com intuito de observar a variação da economia referente aos períodos eleitorais, os autores forneceram uma análise do crescimento de renda referente ao primeiro trimestre de 1947 até o segundo trimestre de 2013. O período analisado foi dividido por trimestres,

dessa forma, obtiveram 16 períodos para averiguar o funcionamento do voto econômico. Q1 referente ao trimestre que o presidente for empossado, e Q16 ao último trimestre do ano eleitoral. Segundo Achen e Bartels (2016), a tabela 6.1 do livro, demonstra três diferentes análises estatísticas, procurando compreender os efeitos eleitorais ocasionados pelo crescimento da renda desde 1952. Adicionado a permanência do titular no cargo como fator explicativo. As análises de responsabilidade econômica de cada governo começa cinco meses após a posse(Q3), e encerra cinco meses após a próxima posse(Q18).

Chapter Six

Table 6.1. Long-Term and Short-Term Economic Voting in Presidential Elections

	Long-term growth	Short-term growth	Both
Income growth: Q3–Q15	1.35 (0.49)	—	—
Income growth: Q14–Q15	—	6.37 (1.06)	7.62 (1.43)
Income growth: Q3–Q13	—	—	–0.70 (0.55)
Incumbent tenure (years)	–1.68 (0.45)	–1.78 (0.29)	–1.79 (0.29)
Intercept	6.20 (4.84)	9.45 (2.55)	12.33 (3.37)
Standard error of regression	7.40	4.82	4.71
Adjusted $R^2$	.54	.81	.81
$N$	16 (1952–2012)		

Ordinary least squares regression parameter estimates (with standard errors in parentheses) for incumbent party's popular vote margin (%); quarterly growth in real disposable income per capita (inauguration in Q1, election in Q16).

A primeira coluna é referente à medida do desempenho econômico de longo prazo, a taxa cumulativa de crescimento da renda nos 13 trimestres que antecederam eleições (Q3– Q15). O impacto do crescimento da renda no resultado do partido incumbente é compreendido como cada ponto percentual adicional de crescimento de renda, a margem esperada é quase 1,5 ponto percentual. Entretanto, o erro médio é destacado negativamente, aferindo haver muita imprecisão nessa análise, com uma margem de erro de 7,4 pontos percentuais.

Já a análise da segunda coluna, indica um erro médio reduzido em mais de um terço ao anterior, dando maior consistência para essa análise. Foi observado o crescimento da

renda de curto prazo nos seis meses que antecedem o dia da eleição (Q14 e Q15). Sendo assim, o crescimento estimado da renda é quase cinco vezes maior, ocasionando um aumento de mais de 6 pontos percentuais ao partido incumbente por cada ponto percentual em que houve o crescimento da renda. Dessa forma, significa dizer que, em média, um presidente em um momento de boom econômico pode esperar uma vitória de 18 a 23 pontos percentuais para o segundo colocado, enquanto um presidente em época de recessão deve esperar perder por 3 pontos percentuais.

A terceira e última coluna, refere-se tanto ao crescimento da renda, no curto prazo, quanto ao momento anterior à eleição, sendo estes transformados em uma única análise estatística. O resultado é ainda mais conclusivo, o crescimento da renda recente, e não de longo prazo, é o que importa para os eleitores. O erro médio das margens de voto, assim como na coluna anterior, foram de aproximados 5 pontos percentuais, e o resultado na previsão eleitoral do titular foi de 2 ou 3 pontos percentuais.

A conclusão dos autores é de que as estatísticas sugerem um grau razoável de precisão para aferir relação ao resultado eleitoral, conforme os fatores do tempo de permanência do incumbente no poder e do crescimento de renda real dos eleitores nos últimos seis meses que antecedem as eleições. Enquanto o crescimento da renda no início do mandato interferem pouco ou nada para as perspectivas eleitorais do partido no poder. Podemos afirmar que nenhuma estatística aparenta ser favorável para a argumentação de que os eleitores ponderam sobre o desempenho econômico dos quatro anos de governo, o que as estatísticas demonstram, principalmente na segunda coluna da tabela 6.1, é de que os eleitores são influenciados apenas pelo último trimestre prévio à eleição. O que Achen e Bartels estão ilustrando é a diferença entre uma afirmativa que argumenta que os eleitores punem ou recompensam os incumbentes por conta do desempenho econômico. Enquanto, o que as estatísticas demonstram é que a influência se dá apenas pelo último trimestre de governo, enquanto parece ignorar todos os outros trimestres ou o desempenho econômico geral do mandato.

Na mesma linha de argumentação da última tabela, os autores evidenciaram em suas análises a correlação entre dois trimestres quaisquer em relação ao crescimento de renda em todo mandato. Isto é, mais de 80% da variação do desempenho econômico não está relacionada com o resultado do crescimento da renda de dois trimestres quaisquer da gestão, um índice que ilustra o óbvio.

Os defensores do voto retrospectivo acreditam na dinâmica de punir e recompensar o desempenho econômico de gestões presidenciais. Nesse sentido, Bartels e Achen (2016), observam:

It is striking, then, that the substantial empirical literature on economic voting finds voters doing no such thing. Most analysts have simply focused, without any explicit explanation or justification, on economic conditions in the year of the election. And, as we have shown here, paying more careful attention to earlier conditions clearly demonstrates that they are, to a good approximation, electorally irrelevant— despite being (at least) as important a selection-year conditions for voters' long-term economic well-being. (p.169-170)

Em seguida, são apresentadas as análises de 1949 a 2012, na figura 6.3 do livro, resumidamente, observa-se o crescimento médio do PIB em cada ano de ciclo eleitoral, de período compreendido como o mandato, do ano da posse até a reeleição.

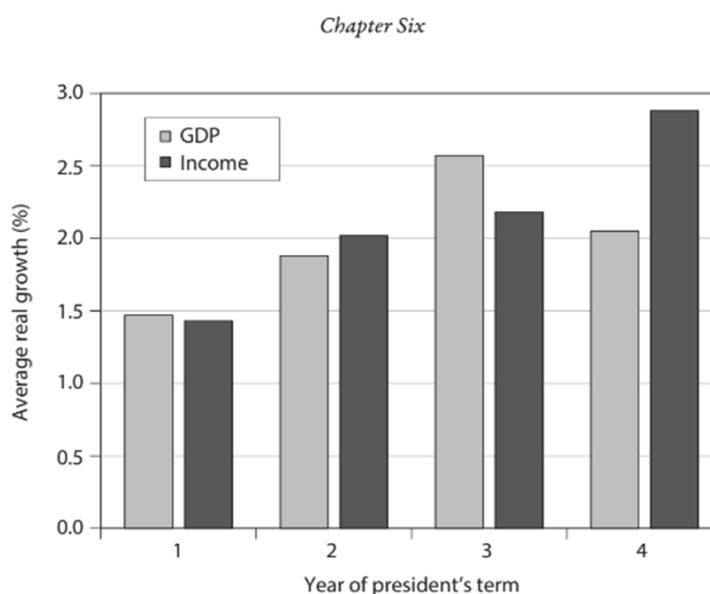


Figure 6.3. GDP and Income Growth through the Electoral Cycle, 1949–2012

Como podemos observar na figura, as barras mais claras representam o crescimento do PIB e o "*income*" representa o crescimento do rendimento total nas barras mais escuras nos quatro anos de gestões, sendo este, um índice de rendimento após deduções de impostos e inclusões de benefícios sociais. Os autores destacam o acentuado aumento no crescimento da renda média, sem o crescimento do PIB, no ano eleitoral. As mudanças no crescimento da renda em anos eleitorais chegam a mais de 50% em comparação aos anos não eleitorais. O crescimento do PIB corresponde a 40% a mais (2,9 contra 2,0 pontos percentuais), em comparação ao rendimento médio no ano eleitoral. Para os autores, fica evidente o impacto político eleitoreiro no desempenho econômico, as gestões parecem responder ao retrospecto míope dos cidadãos em avaliar

o desempenho econômico apenas próximo às eleições, e com isso produzem esse cenário desequilibrado visando suas reeleições.

Os autores defendem uma visão diferente do consenso na literatura sobre a dinâmica interpretada pelos defensores do voto retrospectivo e do voto econômico. Apesar de concordar que exista interferência direta da economia no resultado eleitoral, os autores argumentam que tal impacto não garante um mecanismo de responsabilidade política como tais defensores argumentam. Em suas próprias palavras, inferem: "*While they vote on the basis of how they feel at the moment, they forget or ignore how they have felt over the course of the incumbents' term in office.*" (p.175). O impacto da economia não se dá racionalmente, punindo ou recompensando o desempenho das gestões, e sim, de maneira míope, impactando a percepção dos eleitores sobre o desempenho econômico, em geral, afastando-se de uma interpretação racional para o fenômeno eleitoral observado. Sendo assim, na interpretação dos autores, os resultados eleitorais assumem certo grau de aleatoriedade, devido ao comportamento dos eleitores. Por mais que a figura 6.1, indique elevada estruturação dos votos, a inquietação dos autores está na margem de votos que assumem alto grau de aleatoriedade, suficiente para alterar os resultados de eleições presidenciais. Dessa forma, a porcentagem de aleatoriedade de uma eleição impacta diretamente na responsabilidade democrática na compreensão da teoria de seleção de lideranças. Fornecendo resultados eleitorais que estejam além das explicações ideológicas ou utilitaristas. Os eleitores aparentam se afastar da função esperada por aqueles que compreendem o resultado eleitoral como uma dinâmica que pune e recompensa incumbentes na expectativa de formular uma elite política.

Na primeira parte do livro foram abordadas as duas teorias democráticas - Folk Theory e seleção de lideranças. O objetivo da segunda parte do livro foi a desconstrução de ambos os argumentos, através de sustentações teóricas e empíricas. Já na terceira parte do livro, a intenção dos autores é traçar bases para que uma terceira teoria democrática seja levantada. Os pilares dessa construção estão na psicologia política, sobretudo, na teoria de grupos e no conceito de identificação, esquecidas pelo passar dos anos pelos cientistas políticos. Para os autores, os teóricos do século XIX compreendiam melhor o ambiente político do que os teóricos dos tempos atuais. Os "Founders" americanos, fundadores do sistema político, alertavam sobre a tendência do homem de formar grupos e enxergar o mundo através de uma narrativa de "nós" contra "eles", frequentemente utilizada na política contemporânea, sobre estratégias populistas de incitar as massas. Sendo assim, o argumento principal é de que em nossa essência

somos naturalmente orientados para a formação de grupos, uma tendência presente na história política. Nesse sentido, James Madison escreveu em Federalist Number 10:

A zeal for different opinions concerning religion, concerning government, and many other points, as well of speculation as of practice; an attachment to different leaders ambitiously contending for pre-eminence and power; or to persons of other descriptions whose fortunes have been interesting to the human passions, have, in turn, divided mankind into parties, inflamed them with mutual animosity, and rendered them much more disposed to vex and oppress each other than to co-operate for the common good. So strong is this propensity of mankind to fall into animosities that where no substantial occasion presents itself the most frivolous and fanciful distinctions have been sufficient to kindle their unfriendly passions and excite their most violent conflicts. (p.214 - 215)

Segundo os argumentos dos autores, além de Madison, são destacados outros teóricos dos séculos passados que descreveram cenários similares. Karl Marx, enxergava na sociedade subculturas de classes que eram fundamentalmente a sociabilidade na construção de visão de mundo, pessoas com vivências parecidas tendem a fazer parte do mesmo grupo e defender os mesmos interesses. Foi o que observou Gabriel Tarde (1890), ao descrever o comportamento do homem em sua particularidade de imitações, desde o jeito de se vestir até na forma de pensar. Gustave Le Bon (1895) apontou para a psicologia de grupos como irracional. Jorge Simmel (1908) concentrou-se na inevitabilidade dos conflitos entre os homens. Para todos esses estudiosos, estava clara a tendência ao comportamento de grupos e os impulsos que fomentam a vida do homem em seu subconsciente. Mais tarde, em 1950 e 1960, os estudos das universidades de Columbia e Michigan apontavam para a mesma direção. Os teóricos da escola sociológica observaram como o pertencimento a grupos sociais - protestantes, afro-americanos, etc.; influenciava diretamente nas opiniões políticas. Enquanto os estudiosos do modelo Michigan, relataram a falta de opiniões políticas que seguissem um raciocínio ideológico, e ressaltavam apenas a reprodução de opiniões de seus candidatos. Através da identificação partidária e da lealdade ao partido, mais uma vez, a participação em grupos impulsionou as opiniões políticas. Entretanto, depois da Segunda Guerra Mundial e da Depressão, Truman (1951), Dahl (1961) e outros autores passaram a focar na construção teórica de questões políticas que trouxessem maior estabilidade democrática. Os americanos passaram a adotar o pluralismo como forma de institucionalizar a democracia conceitual como perspectiva política. Essa concepção passou a ser intensamente adotada e relacionar-se com o status acadêmico das universidades americanas, dessa forma, os estudos sociológicos e psicológicos passaram a ser gradualmente abandonados.

Além do comportamento de grupo, o conceito de identidade é mencionado pelos autores como principal fator para a explicação do comportamento político, aferindo graus diferentes de identidades que fazem parte de um todo idiossincrático do homem. Também questionam sobre as dúvidas dos estudiosos de Columbia, se a identidade faz os comportamentos políticos ou se são os comportamentos que compõem a identidade do indivíduo. Sendo assim, implicam: "In our view, a realist theory of democracy must be founded on a realistic theory of political psychology. At present, nothing of that kind exists (p.230) Para que essa visão seja construída, eles acreditam ser preciso abandonar o populismo liberal recente, e seguir o caminho apontado por Madison, e os estudiosos dos séculos 19 e 20, "It is time to set Jeremy Bentham aside and bring James Madison back in"(p.230). Dessa forma, a teoria de identidade precisa ser trazida para o plano macrossocial e compreendida como cognitivista. As elites políticas precisam ser identificadas em suas clivagens, mesmo que sejam socialmente construídas, seria preciso limitar a maleabilidade de suas identificações. Também, as pesquisas eleitorais precisam nos direcionar a respeito do apoio de grupos identitários, para além das segmentações de perfis que existem atualmente. Por último, mas não menos importante, os autores refletem sobre linhas de investigação científica para uma nova teoria democrática: "Formalization and close empirical investigation of how people acquire an identity and how they use it to adopt ideas and make decisions is critical to further progress."(p.230) Contudo, muitas lacunas ainda estão faltando para que uma nova teoria democrática possa surgir, o objetivo dos autores está em apontar a necessidade de uma nova teoria e a direção pela qual deva seguir. Em resenhas críticas ao livro, cientistas políticos apontam para as fragilidades na proposição de uma nova teoria democrática, e ponderam o massivo trabalho necessário para a formulação de uma nova teoria democrática mais realista.

No final do livro, os autores destacam que a identidade deve ser compreendida para além de características usuais demográficas, afinal, muitas pessoas possuem identidades que uma pesquisa comum não consegue representar, colaborando para uma nova teoria democrática. Posteriormente, o foco dos autores encontra-se na identidade partidária, atribuída como central no entendimento eleitoral, e que será um elemento de discordância entre a tese racional. Veremos que a lealdade partidária está antes para o comportamento dos eleitores, do que os argumentos racionais, e desta forma, quanto mais informado for o eleitor, mais argumentos este consegue oferecer para reforçar sua lealdade partidária.

Em anos mais recentes, vinte e dois mil eleitores responderam à pesquisa da American National Election Studies (ANES), desta forma, solicitou-se que o entrevistado posicione os dois partidos, republicano e democrata, em uma escala de sete pontos, além disso, que se posicione na escala conforme suas concepções políticas. Primeiramente, os autores observaram que 30% dos entrevistados não conseguiram posicionar o partido ou a si na escala, similar ao primeiro modelo da escola racional. Por mais que o partidarismo seja de extrema importância na formação das concepções políticas e na tomada de decisão eleitoral, ainda é possível notar que grande parte dos eleitores não conseguem de maneira racional estabelecer uma visão do cenário eleitoral. Segundo, também foi destacado que os eleitores tendiam a colocar o seu partido de preferência mais perto do centro, independente se fosse republicano ou democrata. Outro ponto observado pelos pesquisadores foi que muitos eleitores erraram o posicionamento dos partidos na escala de direita e esquerda, mesmo pessoas com grande envolvimento partidário, republicanos liberais posicionavam o partido à esquerda e democratas conservadores posicionavam o partido à direita. Sendo assim, os pesquisadores concluíram com o estudo, que a visão do cenário político para os eleitores é fortemente influenciada pela sua lealdade partidária.

Outra pesquisa, de Brady e Sniderman, identificou que os democratas enxergavam o líder do partido Walter Mondale, sendo em média 20% mais próximo de suas próprias opiniões políticas do que ele realmente era. Enquanto o pouco conhecido Gary Hart, no início do período eleitoral, foi identificado como 40% e ao final da campanha o candidato caiu para próximos dos 20% de Mondale. E, quando analisados os entrevistados mais entusiasmados com Hart, esses conseguiam se enxergar 75% mais próximos do que realmente eram sobre as posições do candidato. Esse estudo reforça a identidade partidária como fundamental para a compreensão das motivações políticas, diferentemente do que a literatura da "heurística", quanto mais informações os eleitores partidários tiveram maior foram os erros sobre o posicionamento político frente às questões de "issues". Além dos eleitores, utilizarem suas próprias preferências para construir os argumentos sobre o que os seus partidos defendem, eles também utilizam do partidarismo para construir fatos. Em pesquisa ANES de 1988, observou-se a fundo a influência dos partidos na visão dos eleitores partidários, as respostas de democratas e republicanos para o desempenho da economia eram muito diferentes, perguntou aos entrevistados, se comparado a 1980, o nível de inflação no país melhorou, permaneceu o mesmo ou piorou. A resposta correta seria que a economia teria melhorado, havendo uma diminuição de 13,5% para 4,1% na inflação. Para quase metade dos entrevistados

republicanos (47%) a inflação havia de fato melhorado, enquanto para 13% teria piorado. Já para os democratas, menos de 8% reconheceu a melhora na economia sob o comando do presidente Reagan, e mais da metade afirmou haver piorado. Conforme a pesquisa, constatou-se que a questão partidária influencia diretamente a visão dos eleitores, boa parte orienta sua visão através de pré-disposições partidárias, avaliando positivamente o trabalho do seu partido e negativamente seu opositor, independente dos fatos.

Em sequência, Achen e Bartels analisam as reações de eleitores ao episódio de Watergate, ao qual, marcou a política americana e conseqüentemente seus eleitores como um escândalo de corrupção. Naturalmente, a ideia é que republicanos e democratas serão impactados de formas diferentes pelas evidências desse escândalo, não necessariamente irracionalmente, como pontuam os autores, mas poderá mexer em suas lealdades partidárias. Uma pesquisa em grande escala, ANES, incluiu o evento de Watergate em suas perguntas, portanto, os autores analisam as pesquisas anteriores à eleição de 1972, a renúncia do presidente Nixon em 1974, e em 1976 a eleição seguinte. Através de quatro perguntas sobre Watergate os eleitores foram posicionados em uma escala de -50 até +50 para as respostas pró-Nixon e contrárias a ele. Em 1972, quando o escândalo ainda era recente e muitos dos fatos ainda eram especulações, os entrevistados que se consideravam fortemente republicanos foram praticamente neutros em relação a Watergate (0,6) em 1974. Já os entrevistados que se denominaram fortemente democratas na primeira pesquisa, foram em média 29,3 contrários a Nixon. O mesmo processo de comparação foi feito para mensurar as posições frente ao escândalo, aqueles identificados como fortemente republicanos ficaram -20 pontos na escala Watergate, se colocando em favor de Nixon e contra os agressores, enquanto os fortemente democratas ficaram +20 na escala, apoiando a mídia e o processo de impeachment, dessa forma é possível distinguir as predisposições partidárias frente às questões políticas.

Além disso, os autores fizeram análises no mesmo sentido, comparando a alteração da posição de democratas e republicanos do período de 1972 a 1976, frente a questões que não tinham propriamente relação direta com o escândalo de Watergate - empregos no governo, ônibus escolares, direitos de acusados e ajuda a minorias. Dessa forma, puderam observar que as opiniões se alteraram depois do escândalo, principalmente no grupo de eleitores considerados bem-informados sobre política. Também, aqueles que responderam negativamente sobre o ocorrido, moveram-se mais para o campo da esquerda nas questões abordadas. Para os autores, se fosse pedido a

esses eleitores que justificassem sua mudança de opiniões políticas de 1972 para 1976, frente aos ônibus escolares ou outra questão da pesquisa, suspeita-se que eles teriam encontrado razões racionais para aferir tais mudanças, afastando qualquer tipo de explicação emocional para tal, afinal, é assim que ocorre o processo de racionalização. Entretanto, não podemos deixar de compreender o impacto do escândalo de Watergate na alteração de suas opiniões políticas, o fato de um presidente republicano ter sido obrigado a renunciar ao cargo, fez com que as pessoas que acompanhavam informações sobre política, fossem mais impactadas em suas opiniões frente a questões que não tinham relação direta com o ocorrido, apenas com a bandeira do partido afetado pelo escândalo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar nos capítulos anteriores, o conceito de racionalidade surge como central no debate da decisão eleitoral. O processo de decisão do voto, para a corrente econômica, acontece conforme uma lógica classificada como racional. Através dessa lógica, o eleitor orienta o seu voto visando maximizar o seu bem-estar, votando no candidato ou partido que lhe ofereça melhores condições de utilidade. A tese do voto retrospectivo segue o entendimento racionalista, através da dinâmica de avaliar o retrospecto do candidato em exercício do cargo. Essa primeira decisão de recompensar ou punir a atual gestão é central na motivação dos eleitores nesta tese. Por mais que esteja nas entrelinhas, vale ressaltar que esse processo não ocorre necessariamente de forma consciente, é apenas uma projeção. De toda forma, a lógica da racionalidade para o processo retrospectivo encontra-se na produção de um veredicto, que define entre punir ou recompensar o incumbente. De acordo com essa perspectiva, os eleitores são motivados pelas suas experiências práticas a transformarem estas, em uma avaliação do atual governo. Ou seja, se um eleitor encontra dificuldades na saúde pública, será racional que este eleitor puna o representante pela gestão. Mas, se em vez de encontrar dificuldades, o eleitor passar por uma boa experiência utilizando os serviços públicos, conseqüentemente ele retribuirá o incumbente com mais quatro anos de governo.

Como podemos observar no capítulo 5 do livro *Democracy for Realists* (2016), os ataques de tubarões impactaram diretamente na reeleição do então presidente Woodrow Wilson, em 1916. Nos distritos de Spring Lake e Beach Haven o impacto custou 9 e 12 pontos percentuais, respectivamente. Já no condado de Ocean, os pesquisadores dividiram 14 municípios em dois grupos, um com praias e outro nas proximidades, nessa segmentação o grupo com praias deferiu 37,1% dos votos em 1912 para Wilson, enquanto o outro grupo, 33,5%. Na eleição seguinte, após os ataques de tubarões, o mesmo conjunto de municípios praianos reduziu seu apoio a Wilson em aproximadamente 13 pontos percentuais, enquanto nos municípios próximos o apoio a Wilson reduziu cerca de apenas 1 ponto percentual. Essa grande diferença demonstra o impacto que os ataques tiveram nos municípios com praias, para além de uma explicação de impacto econômico. Na mesma linha de argumentação, os autores apresentaram pesquisas que demonstraram americanos punindo representantes entre 1900 e 2000 por climas secos ou úmidos demais em suas cidades. Por exemplo, no ano 2000, cerca de 2,8 milhões de americanos resolveram punir o vice-presidente Al Gore, por conta de fatores climáticos do

seu município, impactando diretamente no resultado eleitoral de 7 estados diferentes - Arizona, Louisiana, Nevada, Flórida, New Hampshire, Tennessee e Missouri.

Em *Democracy for Realists* (2016), os autores discordam da lógica racional presente no voto retrospectivo, para eles, o resultado eleitoral não pode ser considerado um veredicto da atual gestão, existem outros fatores que influenciam diretamente o resultado de uma eleição, a exemplo de chuvas, secas e ataques de tubarões. Para os autores, a disputa eleitoral sofre pela incapacidade humana de analisar fatos em vez de reagir a estímulos. Impossível não mencionar o impacto das redes sociais nesse cenário, sua influência na sociedade através da ampliação de grupos minoritários têm se mostrado cada vez mais presente na política e na vida cotidiana. Achen e Bartels, defendem mais estudos através da perspectiva sociológica e psicossociológica para uma nova teoria democrática, eles incentivam novos estudos que procurem compreender os diferentes grupos sociais e suas demandas, e um sistema político que priorize essas reivindicações.

Além disso, o processo de decisão parece ser intrínseco ao emocional, tratar como algo racional acaba afastando as emoções do processo de decisão, e sobretudo, dos estudos em política. No Brasil, o eleitor Não-Racional parece estar mais presente ao debate eleitoral, tanto no trabalho de Carreirão (2000), como Pimentel (2007) e principalmente Silveira (1998), todos dissertam em sua maneira, ponderações que vão de encontro a existência de um eleitorado menos racional. Para o neurocientista António Damásio, o processo cognitivo da tomada de decisão está associado às capacidades em manejar as próprias emoções, na decisão eleitoral não parece ser diferente.

Conforme apresentado ao longo do trabalho, é possível reforçar a importância do assunto abordado, a obra "*Democracy for Realists*" pode impactar a produção científica na Ciência Política, principalmente, no debate da decisão eleitoral e a interpretação do funcionamento do sistema democrático. Dessa forma, a presente monografia se faz importante para ressaltar as contribuições do livro e sublinhar a crítica de retrospecto cega para o debate da decisão eleitoral no Brasil. Os argumentos e evidências empíricas apresentadas nesta releitura contribuem de forma significativa ao campo de estudo em decisão eleitoral, pois é notório o impacto das evidências elaboradas por Achen e Bartels, sobre o argumento central da teoria do voto retrospectivo. Sendo assim, a compreensão da dinâmica eleitoral presente no voto retrospectivo, que visa punir ou recompensar os incumbentes, afasta-se de um comportamento tido como natural e racional. Uma crítica que está além da teoria do voto retrospectivo, mas que se faz necessária para uma nova compreensão do sistema político vigente. O sistema representativo perde seu sentido de

cristalizar opiniões, e torna-se em uma cristalização de percepções que estão para além da gestão pública. Os conteúdos aqui apresentados demonstram que muitas outras pesquisas ainda podem ser realizadas sobre decisão eleitoral, devido à importância do tema e inúmeras contribuições para o meio acadêmico, com a finalidade de solucionar a lacuna deixada pelas críticas deferidas em "Democracy for Realists". Se os eleitores se comportam de forma ilógica e punem representantes para além de seu desempenho como gestor público, será a reeleição tão importante como os defensores da seleção de liderança argumentam ser? E, será a seleção de liderança a formação de uma elite política? Essas são duas questões centrais, de tantas outras, que merecem ser elucidadas de uma maneira diferente da que conhecemos.

## REFERÊNCIAS

ACHEN, Christopher H.; BARTELS, Larry M. Democracy for realists. In: **Democracy for Realists**. Princeton University Press, 2017.

Baert, Patrick. **Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1997, v. 12, n. 35

BORDIN, João Gabriel Vieira et al. **Condicionantes do conhecimento político: análise comparada dos efeitos da complexidade do contexto político sobre o conhecimento político dos eleitores**. 2021.

CARREIRÃO, Yan de Souza et al. **A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho**. 2000.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. **A decisão do voto-democracia e racionalidade**. Editora UFMG, 2008.

PIMENTEL JUNIOR, Jairo Tadeu Pires. **Razão e emoção no voto: o caso da eleição presidencial de 2006**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Sabl, A. (2017). **A Discussion of Christopher H. Achen and Larry M. Bartels' Democracy for Realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government**. Perspectives on Politics, 15(1), 157-158.  
doi:10.1017/S1537592716004254

SPAREMBERGER, Cristian. **COMO OS ELEITORES DECIDEM O SEU VOTO? UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO PROCESSO DE DECISÃO DO ELEITOR**. Salão do Conhecimento, 2018.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata L. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e cultura**, v. 12, n. 1, p. 91-116, 2009.